



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DANILDO CAMALA CORREIA

**PAPEL DA CEDEAO NA MANUTENÇÃO
DA SEGURANÇA NA GUINÉ-BISSAU (2012-2019)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

DANILDO CAMALA CORREIA

**PAPEL DA CEDEAO NA MANUTENÇÃO
DA SEGURANÇA NA GUINÉ-BISSAU (2012-2019)**

Trabalho de conclusão de curso de Relações Internacionais,
da UNILAB - MALÊS, em requisito parcial para a
aquisição de grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana P. O. de Lyra.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

C847p

Correia, Danilo Camala.

Papel da CEDEAO na manutenção da segurança na Guiné-Bissau (2012-2019) / Danilo Camala Correia. - 2022.
60 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana Preta Oliveira de Lyra.

1. Guiné-Bissau - História - Revolução, 2012. 2. Guiné-Bissau - Política e governo.
I. Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental. II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 966.5

DANILDO CAMALA CORREIA

**PAPEL DA CEDEAO NA MANUTENÇÃO
DA SEGURANÇA NA GUINÉ-BISSAU (2012-2019)**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Unilab - Campos dos Malês.

Aprovado em: 06/04/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Mariana P. O. de Lyra (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Paulo Vaz

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Deolindo de Barros

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal estudar o papel da CEDEAO na resolução de conflito político na Guiné-Bissau depois de golpe de Estado de 2012. Para isso, fornecemos uma contextualização dos conflitos políticos que o país vinha vivendo nas últimas décadas, em especial da década de 1990 em diante. O golpe de 2012 interrompeu o processo eleitoral, mergulhando o país em uma severa crise política, na qual os políticos não conseguiram se entender para a formação de um governo interino. Diante disso, para entendermos o papel desempenhado pela CEDEAO na resolução de conflito político na Guiné-Bissau, usamos a teoria de complexo regional de escola de Copenhague, desenvolvida, entre outros autores, por Buzan e Wæve (2003). Os dois autores mostram que a segurança de uma região depende da segurança ou estabilidade dos países que as compõem. Portanto, a organização entendeu que para que o problema não se alastre a toda região era necessária ajudar na resolução político. Concluimos que se não fosse a CEDEAO os políticos não conseguiriam se entender. No que diz respeito a metodologia utilizada nessa pesquisa, optamos por usar o método qualitativo, no qual trabalhamos com as técnicas de revisão de literatura e análise documental. Utilizamos documentos oficiais produzidos pela CEDEAO, bem como as fontes secundárias oriundas da literatura sobre o tema. Também além dessas fontes, trabalhamos com as fontes de portais jornalísticos, como por exemplo: a RTP (Rádio e Televisão de Portugal), DW (Deutsche Welle). Não obstante, destacamos que o uso de fontes jornalística foi usado com os devidos cuidados, sendo utilizadas como apoio, não como fonte principal. Concluimos que a CEDEAO não teve apenas papel de mediar os conflitos entre atores políticos na Guiné-Bissau, mas também deu apoio financeiro para realização das eleições, enviou uma força de segurança da ECOMIB para assegurar o funcionamento das instituições políticas, conduziu várias rodadas de negociação que culminaram na assinatura de acordos, pondo o fim as divergências entre atores políticos.

Palavras-chave: Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental. Guiné-Bissau - História - Revolução, 2012. Guiné-Bissau - Política e governo.

ABSTRACT

The main objective of this paper is to study the role of ECOWAS in the performance of political conflict resolution in Guinea-Bissau after the coup d'état of 2012. We provide a contextualization of the political conflicts that the country has experienced in recent decades, especially from the 1990s onwards. The 2012 coup interrupted the electoral process, plunging the country into a severe political crisis in which politicians could not get along in order to form an interim government. To understand the role played by ECOWAS in resolving political conflict in Guinea-Bissau, we use the Copenhagen school regional complex theory, developed, among other authors, by Buzan and Wæve (2003), in which the two authors show that the security of a region depends on the security or stability of the countries that compose it. Therefore, the organization understood that in order for the problem not to spread to the entire region it was necessary to help in the political resolution. We conclude that if it were not for ECOWAS the politicians would not be able to get along. Regarding the methodology used in this research we opted to use the qualitative method, in which we worked with the techniques of literature review and document analysis, we also used official documents produced by ECOWAS, as well as secondary sources from the literature on the subject, in addition to these sources, we used news from journalistic portals, such as RTP (Rádio e Televisão de Portugal), DW (Deutsche Welle). However, we emphasize that the use of journalistic sources was used with due care, being used as a support, not as the main source. We conclude that ECOWAS not only played the role of mediating the conflicts between political actors in Guinea-Bissau, but also provided financial support for the elections, sent an ECOMIB security force to ensure the functioning of political institutions, conducted several rounds of negotiations that culminated in the signing of agreements putting an end to the differences between political actors.

Keywords: Economic Community of West African States. Guinea-Bissau - History - Revolution, 2012. Guinea-Bissau - Politics and government.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD (PCD-FD) - Aliança Democrática
AD - Aliança Democrática África Ocidental
ANP - Assembleia Nacional Popular
APU - Aliança Popular Unida
APU-PDGB - Assembleia do Povo Unido-Partido Democrático da Guiné-Bissau
BAD - Banco Africano de Desenvolvimento
CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CNE - Comissão Nacional de Eleições
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRS - Complexo Regional de Segurança
DW - Deutsche Welle
ECOMIB - Missão da CEDEAO na Guiné-Bissau
ECOMIL - Missão da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental na Libéria
ECOMOG - Grupo de Monitoramento da Comunidade Económica dos Estados da
EU - União Eleitoral
FDS - Frente Democrática Social
G15-MADEM-G15 - Movimento para Mudança Democrática
GIABA - Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental
ONU - Organização das Nações Unidas
PAIGC - Partido Africano pela Independência de Guiné e Cabo Verde
PND - Partido da Nova Democracia
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRID - Partido Republicano da Independência e Desenvolvimento
PRS - Partido da Renovação Social
PSD - Partido Social Democrática
PUSD - Partido Unido Social-Democrata
RGB - Resistência da Guiné-Bissau
RSDS - Reforma no Setor da Defesa e Segurança
RTP - Rádio e Televisão de Portugal
STJ - Supremo Tribunal de Justiça
TCRS - Teoria de Complexo Regional de Segurança

UA - União Africana

UE - União Europeia

UEMOA - União Económica e Monetária da África Ocidental

UM - União para Mudança

UNDP - União Nacional para Democracia e Progresso

UNIOGBIS - Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau

UNMIL - Missão das Nações Unidas na Libéria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O PARTIDO AFRICANO PARA A INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE (PAIGC) NO CENÁRIO POLÍTICO DA GUINÉ-BISSAU	14
2.1	GUERRA CIVIL DA GUINÉ-BISSAU (1998-1999)	16
2.1.1	Da Guerra Civil às Eleições Gerais (1999-2000)	19
2.1.1.1	<i>Eleições Legislativas e Executiva (2004-2008)</i>	21
3	TEORIA DE COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA	24
3.1	ÁFRICA OCIDENTAL: PROTO-COMPLEXO OU SUBCOMPLEXO DE SEGURANÇA?	26
3.1.1	CEDEAO no Subcomplexo da África Ocidental	29
3.1.1.1	<i>Atuação da CEDEAO na Resolução de Conflito na África Ocidental</i>	30
4	ATUAÇÃO DA CEDEAO PÓS-GOLPE DE ESTADO EM GUINÉ-BISSAU (2012-2019)	35
4.1	ELEIÇÕES GERAIS: A PROFUNDA CRISE POLÍTICA DE 2014-2015	41
4.1.1	As Eleições Legislativas de 2018	49
4.1.1.1	<i>As Eleições Presidenciais de 2019</i>	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	Referências	56

1 INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau, muito cedo, experimentou sobressaltos políticos depois Independência conquista de Portugal. O país, em 1980, o seu primeiro golpe de Estado. Tal insurreição foi liderado por João Bernardo Vieira, sob pseudônimo de Nino Vieira ou Kabi Nafantchamna. O grupo O grupo responsável a trás do levantamento que depôs o presidente Luiz Cabral ficou conhecido como “Movimento Reajustador”. A partir disso, Vieira passou a dirigir o país sob o regime de partido único de cariz socialista. No final dos anos 1980, devido às mudanças decorrentes do conflito bipolar, seguido da queda de muro de Berlim e fim da União Soviética (principal parceiro económico, político e militar da Guiné-Bissau), o país viu-se obrigado a buscar novas alianças e parceiros em nível internacional e regional. No início dos anos 1990, sob a proposta do Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros parceiros, a Guiné-Bissau cedeu ao capitalismo para se beneficiar do financiamento para o seu programa de desenvolvimento.

Em 1994, o país realizou suas primeiras eleições multipartidárias, tendo eleito o Nino Vieira como presidente. Em 1998, eclodiu o conflito político-militar denominado de “7 de junho”, resultado de um “mal-estar” entre Nino Vieira e o General Ansumane Mané, gerado por acusações mútuas sobre a venda dos armamentos do exército guineense ao braço armado do Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC). Após a implementação democrática, em 1991, e a realização da primeira eleição em 1994, nenhum líder democraticamente eleito, exceto José Mário Vaz, concluiu seu mandato devido aos sucessivos golpes de Estado, chefiados pelas Forças Armadas guineenses.

O primeiro golpe do regime democrático foi orquestrado pelo Chefe das Forças Armadas guineenses, General Assumam Mané, em 1998, em que o presidente eleito, João Bernardo Viera, foi deposto através de uma luta civil armada. Em seguida, Kumba Yala, em 2003, foi deposto pelo chefe das Forças Armadas, o General Veríssimo C. Seabra. Em 2009, o Presidente da República, João Bernardo Viera, foi assassinado junto com o General Tagme Na Way, Chefe das Forças Armadas (DJAU, 2016).

De acordo com a Constituição da República, após morte do presidente, o substituto é o presidente da Assembleia Nacional Popular e, na época, era o Raimundo Pereira quem presidia a ANP. Assim sendo, assumiu a presidência da república interinamente com a responsabilidade de organizar as eleições presidenciais no prazo de 60 dias, como manda a constituição. Fato que acabou por não acontecer devido às dificuldades financeiras (DJAU, 2016).

Após três anos de governo interino, em 2012, foram marcadas eleições presidenciais, em que os dois grandes partidos do período apresentaram seus candidatos. O Partido Africano pela Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) apresentou o Carlos Gomes Junior; enquanto o Partido da Renovação Social (PRS) indicou Kumba Yala como candidato. No primeiro turno, o Carlos Gomes Junior (PAIGC) teve 48.97% dos votos e, em seguida, com 23% segue o Kumba Yala de PRS. Por não conseguir a maioria absoluta que levasse a uma vitória total, Carlos Gomes Junior e Kumba Yala disputariam o segundo turno (DJAU, 2016).

Entretanto, algumas semanas antes de começo de segundo turno, os candidatos à presidência, Kumba Yala, Serifo Nhamadjo, Henrique Rosa, Afonso Té e Serifo Baldé, deram uma conferência de imprensa, alegando fraudes durante o processo eleitoral. Durante a conferência, Yala defendeu que não irá participar do segundo turno eleitoral e, conseqüentemente, a não aceitação do resultado eleitoral do primeiro turno. Alguns dias depois, os militares tomaram o poder por meio de um golpe de Estado. Após o golpe de Estado de 2012, a CEDEAO mobilizou esforços com o objetivo de ajudar o país na resolução de impasse político, criando condições que possibilitassem a recondução do país à normalidade democrática e à boa governança.

Dessa forma, o presente trabalho visa entender o papel que a CEDEAO teve no processo da estabilização política na Guiné-Bissau no período de 2012-2019. Partimos de pressuposto de que as decisões tidas como cruciais para a resolução do impasse não passam apenas por deliberações internas, mas sim fora do concerto nacional. A título de exemplo, podemos citar o acordo de Conakry, que foi uma coordenação da CEDEAO e Estados vizinhos que tiveram a preocupação de ajudar na resolução da crise política da Guiné-Bissau, para que não se alastrasse pela sub-região, uma vez que, a segurança dos países membros da organização está interligada.

O debate sobre a segurança regional é uma das temáticas mais importantes na disciplina de Relações Internacionais. Essa discussão tem sido frequente em várias organizações internacionais e regionais, ela intensificou-se principalmente após o fim da Guerra Fria. Os conflitos armados levaram à criação de organizações regionais com a missão de manutenção da paz e segurança internacional tendo como o objetivo primordial a garantia da segurança regional em colaboração com as Nações Unidas (KENNETH, OMEJE, 2014).

Mediante o exposto, uma das abordagens que tem contribuído sobre a dinâmica de segurança regional é a Escola de Copenhague, que desenvolveu conceitos e teorias sobre o tema. Barry Buzan e Ole Wæver (2003) são autores de destaque no estudo da dinâmica regional de segurança no pós-Guerra Fria. Dentre as ideias desenvolvidas pela Escola de Copenhague, destacam-se a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança e o conceito de securitização. A

escolha dessa teoria vai nos ajudar a entender o papel exercido pela CEDEAO na resolução da crise política na Guiné-Bissau, uma vez que a Teoria de Complexo Regional de Segurança mostra que a estabilidade de uma região depende da estabilidade dos países que fazem parte dela, ou seja, os problemas de um país precisam ser resolvidos com ajuda dos outros países vizinhos para que não se alastrem pela toda região.

A África não ficou de fora desse debate, mas uma das dificuldades enfrentadas é a questão dos “regionalismos concorrentes”, que é entendida por Franke (2007) apud OMEJE (2014) como a existência de muitas organizações intergovernamentais no continente que competem entre si por recursos nacionais e internacionais. Nessa lógica que entra a CEDEAO, criada para ajudar nas resoluções dos conflitos entre os países francófonos e anglófonos, mas que também foi pensada para ajudar na resolução dos conflitos internos dos países membros (OMEJE, 2014).

No que concerne à metodologia, esta pesquisa utiliza o método qualitativo, especialmente as técnicas de revisão de literatura e análise documental. As fontes utilizadas foram documentos oficiais produzidos pela CEDEAO e pelo governo de Guiné Bissau, bem como fontes secundárias oriundas da literatura sobre o tema. Além disso, usamos pesquisas sobre os golpes de Estado e a instabilidade política na Guiné-Bissau entre 2012-2019. No entanto, por conta da limitação de disponibilidade de dados oficiais, foi necessário recorrer a notícias em portais jornalísticos, como por exemplo: “O Democrata”, a RTP (Rádio e Televisão de Portugal), DW (Deutsche Welle). Todavia, destacamos que o uso de fontes jornalística foi usado com os devidos cuidados, sendo utilizadas como apoio, não como fonte principal.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo aborda as crises internas na Guiné-Bissau. Apresentamos um panorama geral da instabilidade política no país depois da redemocratização nos anos 1990, com ênfase no período de 2012 a 2019. No segundo capítulo, discutimos a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS), postulada pela escola de Copenhague, destacando a importância da teoria para entender a dinâmica de segurança regional. Nesse capítulo, também, abordamos o papel da CEDEAO no processo de construção da arquitetura de segurança da África Ocidental, sua atuação no processo de manutenção de paz nos conflitos da Libéria, Nigéria, Costa do Marfim e Guiné-Bissau. Por fim, no último capítulo, tratamos da atuação da CEDEAO no processo de resolução de crise pós-golpe de 2012, a contribuição da organização para realização de eleições gerais de 2014. Também, tratamos da crise política de 2015, com o fim do governo de Domingos Simões Pereira, e das negociações feitas pela organização para sair dos impasses políticos.

Ao longo do trabalho, percebemos quão importante o papel exercido pela CEDEAO que é de um mediador, que ao longo das crises políticas conduziu as negociações com os atores políticos envolvidas nas crises políticas nos últimos anos. Com a presença da organização o país não teve nenhum outro golpe, concluímos que a organização teve um papel importante para que isso não acontecesse. A CEDEAO não teve apenas papel de um mediador na crise guineense, mas também deu apoio financeiro nas eleições, enviou uma força de segurança para garantir os funcionamentos das instituições públicas, assim como delegou várias rodadas de negociações ao longo da crise política.

2 O PARTIDO AFRICANO PARA A INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE (PAIGC) NO CENÁRIO POLÍTICO DA GUINÉ-BISSAU

O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) é um ator demasiadamente importante na política de Guiné-Bissau desde o processo de independência. A sua criação está intrinsecamente ligada a emergência da própria república guineense, tornando-se o partido mais influente no processo político durante as últimas décadas.

No dia 5 de julho 1975, Cabo Verde proclamou sua independência. O projeto da unidade de PAIGC entre Guiné-Bissau e Cabo Verde fez o partido repartir sua liderança entre esses dois países. Antes da Proclamação da Independência de Cabo Verde, Aristides Pereira era o Secretário Geral do Partido, que foi enviado para capital caboverdiana, em fevereiro de 1975, para ocupar cargo do chefe de Estado na nova república e líder do partido. Por outro lado, o comandante Pedro Pires ocupara o posto de primeiro-ministro de Cabo Verde e Luís Cabral permanecera em Guiné-Bissau como presidente da república (GOMES, 2014).

A formação do primeiro governo da Guiné-Bissau foi por meio de um critério hierárquico do partido, em que os postos foram chamados de “comissariados” ao invés de ministérios. Esses comissariados e outros postos-chave foram ocupados por membros do partido que se destacaram nas lutas de independência. O motivo de o partido ter chamado os ministérios de “comissariados” foi evitar nomes luxuosos, entendendo que “comissariados” aproximaria mais pessoas ao PAIGC (JAUARÁ, 2006). A formação desse primeiro governo foi por meio de um Decreto Lei nº 3/73 de 24 de setembro de 1973, em que os militares destacados passaram a administrar o país. Alguns deles foram colocados nos quartéis, outros como governadores regionais e diretores gerais (SEMEDO, 2011).

Acredita-se que de quadros capazes de conduzir o país a um desenvolvimento exigido para a administração pública levou o partido a adotar esse sistema. De 1471 a 1961, durante o período da Guiné-Portuguesa, apenas 14 guineenses tinham formação superior, sendo que 11 deles com cursos técnicos. Até 1975, a Guiné-Bissau registrava uma taxa de 93,7% da população analfabeta (FREIRE, 2011).

De acordo com Semedo (2011), é preciso analisar como ocorreu o processo da transição política e administrativa no momento da Proclamação da República. A Guiné-Bissau deparava-se com a falta de quadros técnico-administrativos nacionais capazes de assumir a administração do novo Estado. Esse fator acabou por não ajudar o país nos seus primeiros momentos da independência, prejudicando o processo administrativo nas instituições do Estado e criando vários problemas entre a elite política e os militares que participaram na luta armada.

De acordo com Jauará (2006), após três anos da independência, durante a primeira remodelação da administração pública, os “comissariados” foram alterados, tornando-se ministérios, além de trocas de funcionários dessas instituições. O modelo foi adotado “porque houvera várias resistências tanto do funcionalismo herdado do governo colonial como de alguns dirigentes expoentes do partido que ainda mantinham resquícios do comportamento colonial” (JAUARÁ, 2006, p. 124).

Os etnorurais¹ foram colocados em lugares de menos importância administrativa e os luso-africanos ocupavam os mais altos cargos administrativos, motivo disso é que eles foram beneficiados pela educação colonial, ou seja, os nativos da então Guiné-Portuguesa ocupavam cargos de menor expressão política, enquanto os luso-africanos ocupavam lugares de maior expressão política. Segundo Jauará (2006, p. 124):

As tarefas de descentralização política eram assim propostas: o órgão supremo, a Assembleia Nacional Popular (ANP) nomeava o Conselho de Estado e o Conselho dos comissários do Estado nomeava, respectivamente, a presidência coletiva, dirigida por um dos seus membros, e o governo, composto de dezesseis comissários. O órgão executivo era responsável perante o legislativo, onde os camponeses eram sempre a maioria. Esta configuração do legislativo não irá beneficiar os camponeses como se poderia imaginar, pois os luso-africanos (intelectuais) do partido se aproveitaram da falta do conhecimento da técnica legislativa e jurídica da maioria para assumir efetivamente a responsabilidade de elaborar todas as leis, todo o ordenamento jurídico do país, as diretrizes orçamentárias e estratégia de desenvolvimento da Guiné-Bissau.

A partir desse momento, as disputas internas no PAIGC pelo poder se intensificaram, que mais tarde levaram o país a experimentar seu primeiro golpe de Estado, liderado pelo então general João Bernardo Vieira. Em novembro de 1979, Luís Cabral tentou fazer algumas mudanças nas chefias militares, pretendendo colocar seus homens de confiança nos lugares-chave das Forças Armadas, mas essa tentativa fracassou. Ele tinha algumas dificuldades em lidar com os militares, causando-lhe muita preocupação a ponto de submeter uma nova Constituição da República ao Parlamento. Nessa nova Constituição, a estratégia dos luso-africanos foi entendida pela ala liderada pelo Nino como uma ameaça, porque a nova constituição tinha alguns pontos estranhos dentre eles, apenas nascidos em Cabo Verde poderiam ser presidente, ou seja, os caboverdianos tinham direito exclusivo de ocupar o cargo de presidente de República. Já a constituição de Guiné-Bissau foi diferente, não sinalava quem poderia ser presidente ou qual nacionalidade. Sendo assim, tanto caboverdianos como guineenses poderiam ocupar esse posto. Outro ponto é que a constituição caboverdiana abolia

¹ Segundo Juara (2006, p. 120) os etnorurais são “etnias rurais, ou seja, que vivem ainda no campo.”.

pena de morte e da Guiné-Bissau, não a abolia. Todas essas medidas foram vistas como meio dos cabo-verdianos controlarem os guineenses e fez com que o Nino liderasse um grupo de militares para fazer o primeiro golpe, em 1980. (JAUARÁ, 2006)

A política interna do PAIGC entrou em crise profunda nesse período, de modo que se observou a disputa pelo poder e espaço entre luso-africanos e etnorurais. De um lado, Luís Cabral pertencia ao grupo dos luso-africanos e, do outro, Nino pertencia ala dos etnorurais. Os dois disputavam o poder dentro do partido. Segundo Jauará (2006, p. 128), a “hegemonia dos luso-africanos proponentes da estratégia de desenvolvimento urbano-industrial como etapa para chegar ao socialismo foi interrompida pelo golpe de Estado liderado por Nino Vieira em novembro de 1980”. Esse grupo foi conhecido como movimento reajustador.

Além disso, também existia um clima contra os cabo-verdianos dentro do partido por esses terem mais oportunidades de ocupar lugares importantes na estrutura administrativa tanto no período do governo colonial, mas também durante o governo do PAIGC. Dessa forma, acabou-se gerando um clima da desunião entre os dirigentes do partido.

2.1 GUERRA CIVIL DA GUINÉ-BISSAU (1998-1999)

Em 1998, o país viveu uma guerra civil, surgiram várias explicações a respeito do motivo da guerra, uma delas é que o então Brigadeiro Ansumane Mané foi acusado pelo presidente Nino Vieira de desviar materiais de guerra no paiol e vendê-los aos rebeldes de Casamansa, uma região de Senegal que faz fronteira com Guiné-Bissau. Outra explicação é devido ao mau funcionamento ou administração do Estado, que não estava mais conseguindo atender as necessidades básicas da população e afundou o país em uma crise social e econômica devido à entrada do país na União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). Ademais, a crise dentro de PAIGC atrasou a organização das eleições legislativas por falta de recursos financeiros. Todos esses problemas se acumularam por muitos anos até chegar o momento em que se fundiu em uma guerra civil (RODRIGO; SANTOS, 2007).

Segundo Lars Rudebeck (2001), alguns sinais mostravam o envolvimento do então Presidente da República, Nino Vieira, na venda de armas aos rebeldes de Casamansa, para melhorar o relacionamento de Guiné-Bissau e Senegal. Vieira acusou seu aliado Ansumane Mané, que negou seu envolvimento na venda de armas. Para resolver esse desentendimento, foi criada uma comissão de inquérito, mas os partidos políticos, grupos próximos do presidente Nino e os militares não conseguiram se entender para facilitar na apuração dos fatos. Quando os membros do grupo próximo ao presidente foram convocados para serem ouvidos pela

Comissão, eles se recusarem. Já o grupo dos antigos combatentes também não confiou na Comissão e expressou em uma carta as suas desconfianças sobre a investigação, em que “não aceitarão que as conclusões do inquérito sejam manipuladas para ocultar o que eles estimam ser a verdade” (KOUDAWO, 2001. p, 143). O trabalho da comissão terminou em um clima de desconfiança e ameaça. A divulgação dos resultados das investigações da Comissão de Inquérito foi marcada para 8 de junho de 1998, durante sessão parlamentar, mas não aconteceu. Três dias antes, o chefe de Estado-Maior das Forças Armadas foi afastado da sua função e, no dia 7 de junho do mesmo ano, começou a guerra civil liderado pelo Ansumane Mané contra o então presidente Nino.

Os primeiros ataques foram direcionados às bases militares do bairro de Santa Luzia, situado no nordeste de capital Bissau. Nino Vieira tinha o apoio de alguns soldados. Já o Brigadeiro Mané obteve o apoio de militares que estavam há alguns meses sem receber salários. Nino Vieira e o PAIGC foram criticados pelos partidos da oposição pelo abuso de poder e corrupção (RUDEBECK, 2001).

A falta de entendimento em lidar com o problema da venda de armas aos rebeldes separatistas de Cassamansa deu início a uma guerra, que teve duração de 11 meses e foi dividida em diferentes fases com várias assinaturas de cessar fogo. No início, a guerra era de caráter interno. Mais tarde, assumiu um caráter regional com participação de soldados de outros países, como Senegal e Guiné-Conakry. As forças estrangeiras apoiaram majoritariamente o presidente João Bernardo Vieira. De acordo com Koudawo (2001, p. 145):

A intervenção das tropas estrangeiras desde os primeiros dias do levantamento militar influi particularmente no posicionamento dos atores internos da crise. Enquanto o presidente da República invoca a sua legitimidade constitucional e justiça em acordos internacionais e presença de tropas estrangeiras para defender a legalidade constitucional, os seus adversários denunciam o recurso ilegal a tropas de invasão estrangeira. Se o controle do executivo, o reconhecimento internacional do poder estabelecido e o acesso aos fóruns internacional permitiram ao presidente fazer prevalecer a sua causa junto da comunidade internacional sensível ao argumento da defesa da legalidade, a evolução interna assumiu contornos cada vez mais desfavoráveis ao campo presidencial.

A presença de soldados estrangeiros no solo guineense foi percebida, tanto pela população como pelas Forças Armadas, como uma invasão e violação da soberania de Guiné-Bissau. Esse entendimento deu legitimidade à atuação das Forças Armadas no plano nacional, defendendo o território guineense contra a invasão externa. Após seis meses de combate, o movimento das Forças Armadas ganhou vários nomes, tais como: (1) Junta Militar para

Consolidação da Democracia, Paz e Justiça, (2) Junta Militar do Povo e, por último, (3) Junta do Povo (KOUDAWO 2001).

Um dos países que teve um papel fundamental na resolução do conflito foi a Suécia, que contribuiu na articulação dos atores envolvidos e participou das negociações de paz. A embaixadora sueca na Guiné-Bissau, Ulla Andrén, participou diretamente nas negociações e produziu uma série de relatórios informando a situação que Guiné-Bissau se encontrava (RUDEBECK, 2001).

Em meados de maio de 1999, com apoio da comunidade internacional e dos países da região, Guiné-Bissau voltou ao clima de tranquilidade e as partes beligerantes estavam caminhando para pôr fim ao conflito. Esse clima se deveu a um acordo de cessar-fogo, assinado em novembro de 1998, em Abuja, capital da Nigéria. Mas esse acordo não foi respeitado pelas partes assinantes, no dia 31 de janeiro de 1999, houve a primeira ratificação de acordo de Abuja, a segunda ratificação aconteceu em 3 de fevereiro do mesmo ano, ambas aconteceram em Bissau, a última foi no dia 17 de fevereiro de 1999, em Lomé, capital de Togo (RUDEBECK, 2001).

Graças ao acordo de Abuja, em novembro de 1998, na presença de países da África Ocidental, em Lomé, foi assinado outro acordo para formação de um governo de transição. Francisco José Fadul, apoiante de Mané durante a Guerra Civil, foi nomeado primeiro-ministro do governo de transição, que era composto por membros das partes envolvidas no conflito. Em 20 de fevereiro de 1999, eles tomaram posse, mantiveram uma boa relação com o exército estrangeiro no país, principalmente de Senegal e Guiné Conakry, facilitando sua saída do país, em março de 1999 (RUDEBECK, 2001).

A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização da Unidade da Africana (OUA), atual União Africana (UA), condenaram o conflito armado. Mas, a União Africana, por sua vez, procurou uma solução ao conflito e a restauração da paz na Guiné-Bissau junto à Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e organizações regionais (VIEGAS, 2013). Após saída das forças estrangeiras, foram enviados para Guiné-Bissau cerca de 600 soldados da Força de Segurança de Manutenção de Paz dos Países da África Ocidental sob comando do Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOMOG), uma divisão de segurança da CEDEAO.

Os dias 6 e 7 de maio de 1999 foram os dias finais do conflito armado, Nino Vieira e suas tropas foram derrotadas pela Junta do Povo. O ex-presidente de Guiné-Bissau fugiu para embaixada de Portugal. Militares franceses que estavam mantendo a segurança da embaixada de França, também tiveram que fugir para embaixada de Portugal para pedir ajuda. Diplomatas

senegaleses também tiveram que se refugiar, uma vez que o centro cultural francês, a embaixada de Senegal e a sede da União Europeia foram saqueados e vandalizados pela população sob a justificativa de que estavam apoiando Nino Vieira. Em 8 de maio, os senegaleses e os franceses abandonaram Guiné-Bissau em um avião militar português e Nino Vieira permaneceu na embaixada de Portugal (RUDEBECK, 2001).

Em 14 de maio de 1999, Malam Bacai Sanha, então presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP) tomou posse como novo presidente interino da Guiné-Bissau, de acordo com a Constituição da República nº art. 71, § 2: “em caso de morte ou impedimento definitivo do Presidente da República, assumirá as funções o Presidente da Assembleia Nacional Popular até realização de novas eleições”. Durante a sua posse, Sanha criticou as partes envolvidas no conflito por não respeitarem os acordos de paz assinados (GUINÉ-BISSAU, 1996, RUDEBECK, 2001).

2.1.1 Da Guerra Civil às Eleições Gerais (1999-2000)

Entre novembro de 1999 e janeiro de 2000, foram realizadas as eleições legislativas e presidenciais pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), conforme previsto no acordo assinado paz (DJAU, MALAM, 2016). O mês de novembro foi marcada pela intensa campanha dos candidatos, que se apresentaram para as eleições gerais em um ambiente sem incidentes violentos (RUDEBECK, 2001). Essa eleição trouxe uma mudança significativa na política guineense, de modo que o PAIGC viu a sua hegemonia política de 27 anos sendo quebrada pelo PRS (Partido da Renovação Social). Segundo dados da CNE (1999-2000), PRS elegeu 38 deputados, PAIGC 24 deputados, RGB (Resistência da Guiné-Bissau) 29, UM (União Para Mudança) 3, AD (PCD-FD) (Aliança Democrática) 3, PSD (Partido Social Democrática) 3, FDS (Frente Democrática Social) 1 e UNDP (União Nacional para Democracia e Progresso) elegeu 1 deputado.

No segundo turno das eleições, Kumba Yalá do PRS derrotou o candidato Malam Bacai Sanha do PAIGC. Ele foi eleito com cerca de 70% dos votos (RIZZI KAMILLA R, 2010).

A Guerra Civil tinha acabado, mas os conflitos internos entre a classe militar e política continuavam. Não se podia esconder a divisão existente entre os grupos étnicos nas Forças Armadas. O conflito entre Mané (de etnia mandinga) e Yalá (etnia balanta) era intenso, até ao ponto de se pensar que o país tinha dois Presidentes da República na época (DJAU, 2016). A Junta Militar de Mané não se afastou da política após a realização das eleições gerais. Mané parecia ter criado um gabinete novo de Vice-Presidente da República. Em 27 de fevereiro de

2000, Kumba Yalá nomeou Mané como seu assessor na presidência para assuntos de segurança de defesa. Ele não foi o único promovido nessa cerimônia, cerca de 15 militares majoritariamente de etnia balanta foram nomeados como Ministros de Estados (PETER, THOMPSON & O'REGAN, DAVID, 2013. DJAU, 2016)

Não demorou para a relação entre o presidente Kumba Yala e Mané se deteriorar, suas lutas se intensificaram quando alguns membros da Junta Militar foram promovidos a altos cargos nas Forças Armadas, por exemplo: Generais, Majores, Coronéis, Tenente Coronéis, Capitão de Mar e Guerra. A maioria dos promovidos era da etnia balanta, que tinha maior domínio das Forças Armadas da Guiné-Bissau (DJAU, 2016).

Mané não ficou satisfeito com essas promoções de oficiais militares, e começou a mostrar que o país não tinha condições econômicas para assegurar os altos salários dos militares recém-promovidos. Ele acabou por retirar as medalhas que foram dadas pelo Presidente a esses militares. Outro ato de Kumba Yala que deixou Mané insatisfeito foi a nomeação de Veríssimo Correa Seabra, da etnia pepel, como Chefe de Estado Maior das Forças Armadas. Após essa nomeação, Mané ordenou a prisão do Seabra, causando uma divisão no seio dos militares. Alguns militares da etnia mandinga eram fiéis ao Mané, enquanto os balantas eram fiéis a presidente Kumba Yala (KOUDAWO, 2001; SÁ, 2010; DJAU, 2016).

Essa disputa entre Kumba Yala e Mané acabou por provocar a morte de Mané, em 30 de novembro de 2000. Uma das explicações da sua morte se deve a uma fracassada tentativa de golpe de Estado (RIZZI, 2010). Outra explicação é o desentendimento que teve com presidente Kumba Yala e Seabra (CAMPOS, AMÉRICO, 2012). De acordo com Djau (2016):

A morte de general Ansumane Mané reduziu a popularidade e o apoio do presidente Yala nas comunidades da etnia Mandinga e muçulmana, pois esses grupos étnicos têm uma força eleitoral e expressiva em nível nacional. Assim, o governo de Yala passou a ser visto pela comunidade nacional e internacional como um regime tribal, devido à aproximação política entre Kumba Yala, o partido PRS e as elites da Junta Militar, na maioria da sua etnia, a Balanta.

O governo de Kumba Yala enfrentou vários problemas como de abuso de poder, corrupção e promoções étnicas, ao ponto de não cumprir os cinco anos de mandato. Ao longo dos seus três anos de mandato, Kumba Yala nomeou cerca de quatro Primeiros-Ministros, entre eles Caetano N'Tchama, Faustino Imbali, Alamara N'hasé, Mário Pires (DJAU, 2016).

Kumba Yala foi deposto por meio de um golpe de Estado liderado pelo então Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, Veríssimo Correa Seabra, alegando que o presidente não tinha capacidade para resolver os problemas do país (CAMPOS, 2012). Depois da deposição,

os militares comunicaram a volta da normalidade por meio da assinatura da Carta de Transição Política, requisitando a formação de um governo de transição e a realização das eleições gerais. A eleição legislativa foi marcada para o dia 30 de março de 2004 e as presidenciais para 19 junho de 2005 (DJAU, 2016). Esse golpe podia ser resolvido por meio de um diálogo, mas uma parte dos militares preferiu derrubar o presidente.

2.1.1.1 Eleições Legislativas e Executiva (2004-2008)

Henrique Pereira Rosa, um empresário que tinha apoio da Igreja Católica, foi escolhido para ser presidente interino do país com compromisso de realizar eleições gerais. Depois de um ano do golpe de Estado, Guiné-Bissau voltou a mergulhar numa crise com o assassinato de Veríssimo Correa Seabra, o motivo da sua morte foi a reivindicação de salários feitos por militares que foram na missão de manutenção de paz na Libéria (SÁ, 2010). Com a morte de Seabra, o Brigadeiro Tagme Na Waie foi nomeado o novo Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas Bubu Nachut foi nomeado como Capitão da Marinha Nacional (SÁ, 2010).

Em março de 2004, foram realizadas eleições legislativas, o PAIGC elegeu 45 deputados, o PRS (Partido da Renovação Social) 35, o PUSD (Partido Unido Social-Democrata) 17, a EU (União Eleitoral) 2 e a APU (Aliança Popular Unida) 1 deputado, e Carlos Gomes Júnior, assumiu cargo de Primeiro-Ministro (CNE, 2004).

Já nas eleições presidenciais de 2005, o ex-presidente Nino Vieira, depois de 6 anos de asilo em Portugal, regressou para concorrer ao cargo de presidente da República. Dessa vez, ele não teve apoio do seu partido PAIGC que optou por apresentar Malam Bacai Sanha como candidato à Presidência República. João Bernardo Vieira acabou por concorrer como candidato independente (DJAU, 2016).

Dos catorze candidatos que concorreram à presidência da Guiné-Bissau, apenas três deles eram políticos conhecidos na política guineense: Kumba Yala do (PRS), Malam Bacai Sanha do (PAIGC) e Nino Vieira. Os três já tinham ocupado altos cargos da Administração Pública e tinham sido presidentes da Guiné-Bissau (SÁ, 2010). A eleição não foi decidida no primeiro turno, Malam Bacai Sanha e João Bernardo Vieira seguiram para segundo turno. No segundo turno João Bernardo Vieira venceu com 52,35% contra 47,67,65% de Malam Bacai Sanha (CNE, 2005).

O novo presidente João Bernardo Vieira garantiu que iria trabalhar com o governo do PAIGC, liderado pelo Carlos Gomes Junior. No entanto, isso não aconteceu, pois, o primeiro-ministro foi demitido pelo presidente, em 28 de outubro de 2005, sob alegação de que o governo

não estava lidando bem com os problemas financeiros. Vieira também justificou a demissão devido à falta de clareza no funcionamento dos órgãos do Estado. Aristides Gomes, que estava afastado pelo comitê central do PAIGC, foi escolhido para chefiar o governo, deixando os membros de PAIGC descontentes com a demissão de Carlos Gomes Junior. O partido entrou com uma ação no Supremo Tribunal de Justiça (STJ) para reverter a demissão, mas acabou por não ter sucesso porque o STJ deu razão ao presidente da república (DJAU, 2016).

Administração de Nino Vieira caminhava na normalidade até janeiro de 2007, quando Lamine Sanha, ex-chefe de Estado-Maior da Marinha de Guerra, foi assassinado em frente à sua casa. Nessa mesma época, começaram as perseguições contra alguns políticos, entre eles, o ex-primeiro-ministro Carlos Gomes Junior, Mario Gomes Sá e Silvestre Alves. O ex-primeiro-ministro, por sua vez, refugiou-se nas instalações das Nações Unidas em Bissau (Sá, 2010). O assassinato de Lamine Sanha trouxe preocupação para as organizações da sociedade e organizações internacionais sobre um possível retorno do país a uma guerra civil (DJAU, 2016).

O grau de instabilidade política continuou no país. Em 2008, foi realizada eleição legislativa, na qual o PAIGC elegeu cerca de 67 deputados, o PRS 28, o PRID 3, o PND 1 e a AD (Aliança Democrática) 1 deputado. Carlos Gomes Junior foi indicado pelo PAIGC para assumir cargo de primeiro-ministro (CNE, 2008).

Após o fim do processo eleitoral, pairava um grau de hostilidade entre militares e políticos. João Bernardo Vieira acusou os militares de tentativa de golpe de Estado, o que levaria à prisão de alguns militares. A tentativa de golpe denunciada não teve sucesso, porque houve um confronto entre os militares acusados de tentativa de golpe e as forças de segurança do presidente da república. Em contrapartida, surgiram acusações contra Nino Vieira de estar perseguindo algumas pessoas, o PAIGC o acusou de ter uma lista de indivíduos que estavam marcados para serem assassinados. Porém, esse caso foi arquivado e o presidente da república foi criticado pelo governo liderado pelo Cadogo. Segundo Djau (2016, p. 43): Após três meses das eleições de 2008, e considerando a tentativa de golpe de estado do mesmo ano, as autoridades nacionais acabaram por tomar providências a respeito do ocorrido. Mesmo assim, as divergências entre as elites militares e políticos que sempre caminharam em conjunto na política nacional desde o período da sua independência em 1974, floresceram novamente.

Os políticos e os militares não conseguiam se entender. Em 1 de março de 2009, o então Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, Tagme Na Waie, foi assassinado. No dia seguinte, o Presidente da República João Bernardo Vieira também foi assassinado barbaramente em sua residência por um grupo de militares. Não foi descoberto o mandante e o crime não foi resolvido (DJAU, 2016). Campos acreditava que Primeiro-Ministro Cadogo não fez nada para impedir que o presidente Nino Vieira e Tagme Na Waie não fossem assassinados (CAMPOS, 2012).

Com a morte de presidente Nino Vieira, o presidente da ANP, Raimundo Pereira, assumiu a presidência de forma interina até realização da nova eleição em um período de 60 dias, de acordo com a Constituição guineense. A realização da eleição não aconteceu nesse período, mergulhando Guiné-Bissau em uma crise política profunda. Apenas em 2012, houve uma tentativa de realizar as eleições, no entanto, elas não foram concluídas, assunto que será abordado no terceiro capítulo.

3 TEORIA DE COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA

O Presente capítulo discute alguns pontos da Teoria de Complexo Regional de Segurança (TCRS), principalmente as divisões das regiões de segurança. Ou seja, os Complexos Regionais de Segurança (CRS), em especial na África Ocidental.

Essa abordagem foi criada pela Escola de Copenhague, sobretudo por Barry Buzan e Ole Wæaver, dividem o mundo em complexos de segurança. O foco deste capítulo é discutir a partir do regionalismo a segurança na África, em particular na África Ocidental, para, para entender a participação da CEDEAO na garantia de segurança na Guiné-Bissau após golpe de Estado de 12 de abril de 2012.

As décadas de 1945 a 1989 foram marcadas pela luta entre a União Soviética e os Estados Unidos da América (EUA). Essa disputa não ficou apenas na Europa, os dois lados viram que os países recém-independentes do então Terceiro Mundo eram alvos perfeitos para impor suas ideologias políticas. As lutas pela independência nesses Estados tiveram uma forte ligação com a Guerra Fria, uma vez que houve apoio dos Estados Unidos ou da União Soviética (BUZAN; WÆVER, 2003).

De acordo com Buzan et al (1998), o mundo pós-Guerra Fria trouxe uma série de mudanças na política internacional. A dinâmica internacional se tornou mais de caráter regional, motivada pelo declínio da bipolaridade, na qual outras ações não eram mais conduzidas apenas pelas políticas de hostilidade ideológica. Demonstravam-se sinais de que os atores internacionais evitariam vastos acordos políticos, e só fariam um acordo amplo se seus interesses fossem afetados. Esse tipo de comportamento trouxe uma liderança fraca em nível internacional, sendo assim, conclui-se que o melhor a se fazer é deixar que os problemas fossem resolvidos em nível regional.

Essa reorganização regional levaria a formação de Complexos Regionais de Segurança, que Buzan, e Wæaver (2003, p. 44, tradução livre) definem como “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos estão tão interligados que a sua segurança os problemas não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos, a não ser uns aos outros”.

O conceito de Complexo Regional de Segurança está ligado ao de securitização, que, de acordo com Buzan et (1998, p. 23-24, tradução livre), pode ser entendida como:

uma versão mais extrema de politização. Em termos teóricos. Em teoria, qualquer questão pública pode ser localizada no espectro que vai desde a não política (o que significa que o Estado não lida com ela e que ela não é, de nenhuma outra forma, uma

questão de debate e decisão pública) até a politizada (o que significa que a questão é parte da política pública, exigindo decisão governamental e alocação de recursos ou, mais raramente, alguma outra forma de governança comunitária) a securitizada (o que significa que a questão é pré-alimentada como uma ameaça existencial, exigindo medidas de emergência e justificando ações fora dos limites normais do procedimento político).

A razão da criação da Teoria de Complexo Regional de Segurança foi resguardar a segurança em nível regional. Dois pontos-chaves marcam ou dominam o debate dessa teoria: a segurança nacional e global; nos quais os processos de segurança estão intrinsecamente ligados (BUZAN; WÆVER, 2003). A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança permite realizar um estudo conectando, meticulosamente, o estudo das situações internas, por meio de elementos de uma região, ou fazer uma ligação entre as regiões e a sua dinâmica da convivência com as outras potências em nível mundial. Além disso, também oferece certa coerência básica, especificamente, a possibilidade de que os modelos de conflitos regionais sejam articulados às linhas de interferências das potências mundiais (BUZAN e WÆVER, 2003). Conforme esses autores, a TCRS é muito importante para entender a dinâmica de segurança numa região, portanto, um dos seus objetivos é determinar um molde de referência para distinguir e qualificar as modificações em nível regional. Os CRS são estruturas relativamente estáveis, compostos por elementos geográficos (BUZAN; WÆVER, 2003). Conforme Buzan; wæver (2003), um CRS contém quatro elementos importantes:

1. o limite, que diferencia o CSR dos seus vizinhos;
2. a estrutura anárquica, o que significa que o CSR deve ser composto de duas ou mais unidades autônomas;
3. a polaridade, que cobre a distribuição do poder entre as unidades; e
4. a construção social, que cobre os padrões de amizade e inimizade entre as unidades.

A segurança de uma região depende da estabilidade política, econômica e social dos países que fazem parte dela, caso contrário, pode criar uma grave crise regional. Além da categoria complexos regionais, a TCRS também compreende a existência de subcomplexos regionais de segurança. De acordo com Buzan e Wæver (2003), a definição de subcomplexos de segurança se aproxima da definição da CRS, o que os difere são os subcomplexos que estão dentro da CRS. Em outras palavras, os subcomplexos retratam um modelo diferente de interdependência de segurança, porém, existe uma ligação a um padrão maior que define o CRS. Os subcomplexos não são uma qualidade indispensável dos CRS, mas é difícil não os encontrar, principalmente quando existe um grande número de Estados num CRS.

O mecanismo de atuação dos subcomplexos na sua maior parte não coloca um membro de CRS acima de outro, ou seja, sua funcionalidade não deixa que um membro poderoso abuse do seu poder contra outro membro. No geral, o CRS compreende que as regiões serão sempre eficazes para resolução dos problemas e, às vezes, dominante, não significa que será assim definitivamente (BUZAN; WÆVER, 2003).

Conforme Buzan; Wæver (2003. p, 51), a função de TCRS é determinar os estudos empírico de segurança regional, esse estudo se fundamenta em quatro áreas importantes entre elas:

1. domesticamente nos estados da região, particularmente suas vulnerabilidades geradas domesticamente (o estado é forte ou fraco devido à estabilidade da ordem doméstica e correspondência entre estado e nação (Buzan 1991b)? A vulnerabilidade específica de um estado define o tipo de medo de segurança que ele tem (Wæver 1989) e às vezes faz de outro estado ou grupo de estados uma ameaça estrutural mesmo que ele ou eles não tenham intenções hostis);
2. As relações entre estados (que geram a região como tal);
3. a interação da região com as regiões vizinhas (isto é suposto ser relativamente limitado dado que o complexo é definido pela interação interna, sendo mais importante. Mas se for maior. mudanças nos padrões de interdependência de segurança que definem os complexos estão em curso, este nível pode tornar-se significativo, e em situações de grandes assimetrias um complexo sem poderes globais que vizinhos com um poder global podem ter fortes ligações inter-regionais numa direção);
4. o papel das potências globais na região (a interação entre as estruturas de segurança global e regional).

3.1 ÁFRICA OCIDENTAL: PROTO-COMPLEXO OU SUBCOMPLEXO DE SEGURANÇA?

A África Ocidental é uma região do continente africano formada por cerca de 16 países, em que 15 são membros da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental). Vale salientar que, antes do contato desses povos com os europeus, a região era constituída por grandes impérios (Ghana, Mali e Songhai), que permaneceram por vários séculos. Os 16 países tiveram experiências e administrações diferentes no processo da colonização, na organização. Nesses países membros, são faladas três línguas oficiais: Inglês, Francês e Português (CEDEAO, 2018).

Os países que compõem a região vivem instabilidades políticas, guerras étnicas, corrupção, pobreza, alta taxa de desemprego nas camadas juvenis, sucessivas derrubadas de regimes governamentais etc. O relatório de Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mencionado pelo Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA), em 2011, destacou que dos 15 países

da CEDEAO, 13 deles apresentam baixo índice de desenvolvimento humano. Um ano antes da publicação desse relatório, o GIABA publicou um relatório em que havia mostrado que a economia da África Ocidental é dominada pela atividade informal, que representa cerca de 60% a 70% do PIB, a má gestão nas instituições públicas contribuiu no baixo índice de desenvolvimento humano na região (GIABA, 2013).

De acordo com a explicação dada pela TCRS, sobre os subcomplexos e protocomplexos regionais de segurança, “a teoria aposta na existência de sistema de sub-região como objetos de análise de segurança e oferece uma estrutura analítica para tratar destes objetos” (SÖDERBAUM e SAW, 2010, DIALLO 2012, s.n), e os Estados desempenham um papel importante quando se faz uma observação a respeito da política nas esferas militares.

A África Ocidental pode ser vista como um subcomplexo que pertence ao Complexo Regional de Segurança da África Subsaariana, conforme a divisão feita por Buzan e Wæver (2003). A África Subsaariana é um complexo marcado por conflitos no período da Guerra Fria. Após as lutas pela independência, a região foi marcada por guerras internas, fomes, doenças, uma deslocação massiva de população e má gestão dos recursos públicos e naturais. O CRS da África Subsaariana, do qual a África Ocidental pertence, é um dos mais conflituosos no mundo pós-Guerra Fria (BUZAN; WÆVER, 2003). Conforme Diallo (2012, s.n.):

Mesmo aceitando o argumento de que a existência de organismos regionais não necessariamente configura a presença de um complexo ou sub-complexo regional de segurança, entendemos que a classificação da África Ocidental como um protocomplexo é uma contradição ao próprio argumento de Buzan & Weaver (2003). Isto porque, apesar de reconhecerem que, logo após a formação da CEDEAO, a organização se orientou em resolver os problemas político e militar da região e de usar esta organização regional, como critério para caracterizar a dinâmica de segurança da África Ocidental como sendo unipolar. Buzan e Weaver não admitem a existência de um subcomplexo regional de segurança nesta parte do continente, mas em contrapartida definem a África austral como sendo um CRS, unipolar liderado pela África do Sul.

Antes da criação da CEDEAO, em 1975, a região demonstrou uma deficiência em lidar com os problemas de segurança, mas a organização ligou toda região costeira dos seguintes países, Nigéria à Mauritânia. E ligou outros países que não têm nenhuma saída ao mar como Burkina Faso, Níger e Mali (BUZAN; WÆVER, 2003). No que diz respeito à matéria de segurança na África Ocidental, ela é uma região muito interdependente, um dos países da região que vem assumindo o protagonismo da liderança regional é a Nigéria, o país vem procurando alternativas ou soluções para os problemas que a região enfrenta há décadas (DIALLO, 2012).

Assim sendo, houve um esforço da CEDEAO para a manutenção da paz e segurança, a fim de possibilitar a resolução dos conflitos internos nos países membros da organização. Essa

mudança tem como foco em garantir a segurança e criar uma arquitetura de segurança na região. A África Ocidental está crescendo em matéria de segurança, a CEDEAO tem pretensão de deixar a região mais segura. (BAH, ALHAJI M S, 2010). A organização tem criado vários projetos e políticas que viabilizam uma integração verdadeira na região, uma das políticas criadas é a livre circulação de pessoas e bens na região, criação de um banco de investimento, gestão de recursos hídricos (OMEJE, KENNETH, 2014).

A CEDEAO implementou várias missões de paz. Todavia, a primeira vez que a organização usou uma força de paz foi na década de 1990, quando enviaram uma força da ECOMOG na guerra civil de Libéria, envolvendo o então presidente Samuel Doe que estava liderando as forças governamentais contra as forças militares de Charles Taylor. O objetivo do envio da força de segurança foi controlar o cessar-fogo e garantir a lei e a ordem, além de ajudar na realização de eleições livres e transparentes no país. A ECOMOG encontrou muita dificuldade devido ao uso da violência por parte das facções em conflito. Ao longo do tempo, a ECOMOG deixou de ser um grupo de manutenção de paz, tornando-se um grupo de imposição de paz (SÖDERBAUM; HETTNE, 2010).

Após o fim da Guerra Fria, as potências se afastaram das suas antigas colônias. Dessa forma, os membros da CEDEAO sentiram-se capazes de assumir o papel de gestão de segurança regional. O envio da força de segurança para intervir na resolução de conflito na Libéria demonstra o reconhecimento do quão a organização estava preocupada em garantir a segurança na região. Mais tarde, os Estados membros que mandaram seus soldados para ajudar na resolução do conflito liberiano argumentaram que o não envio de soldados culminaria em um grande número de refugiados. A guerra da Libéria teve impacto em outros Estados da região, como Burkina Faso e Costa do Marfim. Esses países deram apoio aos insurgentes liberianos que estavam sob liderança do então presidente Charles Taylor, o conflito se estendeu mais pela disputa dos recursos naturais que o país tem, dentre eles: O diamante, mineiro de ferro e madeira (BAH, 2010).

As ações na região, especialmente por meio da CEDEAO, em matéria de segurança indicam a existência e institucionalização da África Ocidental como uma sub-região securitária, que embora esteja conectada a seu complexo maior (o subsaariano), apresenta uma dinâmica relativamente autônoma. Nesse sentido, A TRCS é importante por buscar explicar as dificuldades das dinâmicas de segurança, procurando compreender e esclarecer as que existem em diversas regiões do mundo, principalmente, em África Subsaariana, que demonstra a existência de outros complexos de segurança. (DIALLO, 2012).

Dessa forma, o próximo tópico vai explorar a atuação da CEDEAO nas crises de segurança de corrente de crises políticas no subcomplexo regional de segurança da África Ocidental, especialmente sua atuação na Guiné-Bissau desde o golpe de Estado de 2012.

3.1.1 CEDEAO no Subcomplexo da África Ocidental

Em 1945, realizou-se uma reunião em que participaram os países francófonos da região. Essa reunião foi o primeiro impulso dos estadistas francófono da região numa união monetária, ou seja, criação de uma moeda única o Franco CFA. O então presidente liberiano, William Tubman, recomendou uma integração econômica da África Ocidental e, em 1965, Costa do Marfim, Guiné, Libéria e a Serra Leoa assinaram um acordo da integração monetária. Após isso, pouco se viu em termos de sucessos alcançados. Em 1972 os presidentes de Togo, Gnassingbe Eyadema, e da Nigéria Yakubu Gowon viajaram a toda região ocidental com intuito de apresentar a proposta da integração a outros países que compõem a região. Graças a esse périplo, foi elaborado, em 1975, o Tratado de Lagos que deu a origem à CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental). Esse tratado se limitava à política econômica, mas com o tempo os países membros começaram a apresentar alguns problemas de conflito interno e a organização achou que era necessário ratificar seu tratado de Lagos, em 1993, permitindo o alargamento da sua atuação em outros campos, por exemplo, no setor da segurança (CEDEAO, 2018).

Na sua criação, CEDEAO tinha 16 membros, mas, em 2000, a Mauritânia decidiu abandonar a organização. No início, a CEDEAO foi criada para promover a integração econômica e social na região, mas depois estendeu sua atuação na região para outras áreas. Em 1978, foi adotado o Protocolo de Não Agressão. Posteriormente, em 1981, foi elaborado o Protocolo Relativo à Assistência Mútua em Defesa. Além desses protocolos, foram mobilizados esforços para resolver as questões de segurança. Consequentemente, foi criado o Conselho de Defesa, a Comissão de Defesa seguida da formação de uma unidade das forças armadas de cada país a participar nas missões de manutenção de paz nos países membros caso haja necessidade (IWILADE et al., 2012).

O Potoco de Não Agressão de 1978 nos seus seguintes artigos sinaliza os seguintes procedimentos a ser adotado pela organização. Segundo o documento:

Artigo 1- abster-se da ameaça ou uso da força ou agressão... contra a integridade territorial.

e) independência política de outros Estados Membros.

5- Qualquer disputa que não se consiga resolver pacificamente entre os Estados membros será referida uma Comissão da Autoridade. Caso não se consiga resolver através da Comissão acima referida, a disputa deve finalmente deve ser apresentada à Autoridade (CEDEAO, 2018, p. 12).

Por outro lado, Protocolo Relativo à Assistência Mútua em Defesa de 1981 elucida melhor as providencias coletiva de segurança que orientará os Estados membros nos momentos de conflito, os seguintes artigos determinam que:

Artigo 2- qualquer ameaça ou agressão armadas direcionadas a qualquer Estado Membro deverá constituir uma ameaça ou agressão armada a toda comunidade. Além disso, a Autoridade da CEDEAO é equipada com conjunto de novos poderes, funções e estruturas institucionais em questões de paz e segurança. Estes incluem, entre outros, o poder de decidir quando uma intervenção armada;

Artigos 13-18- a tarefa de criar as Forças Armadas Aliadas da Comunidade e de examinar problemas gerais relativos à paz da Comunidade; estabelecer o Conselho de Defesa ao nível Ministerial e uma Comissão de Defesa composta pelos Chefes de Estado-Maior (CEDEAO, 2018, p. 12-13).

No entanto, os países com maior poderio militar ou econômico da região não devem ignorar o problema de um país vizinho. Em 1978, foi estabelecido o primeiro Protocolo Relativo à Não-Agressão, objetivo da elaboração desse protocolo é de criar um bom ambiente entre os Estados membros, ou seja, de não deixar os Estados membros se agredirem. Também, o protocolo de Assistência Mútua em defesa, elaborado em 1981, visa que em caso de uma ameaça ou agressão contra um Estado membro constitui ameaça a toda comunidade. (BAH, 2010)

3.1.1.1 Atuação da CEDEAO na Resolução de Conflito na África Ocidental

África Ocidental enfrenta vários problemas, mas um dos principais desafios da CEDEAO consiste em criar um mecanismo que garanta segurança e capaz de lidar os problemas no futuro. Porém, todo esforço da organização em lidar com os problemas na região tem sido muito difícil (IWILADE; AGBO, 2012).

Após de mais de uma década da criação da CEDEAO, três grandes incidentes marcaram região. O primeiro deles a guerra civil da Libéria, em 1989. Em 1997, guerras civis eclodiram em Serra Leoa. Guiné-Bissau entrou em guerra, em 1998, e Costa do Marfim, em 2002. Com esses conflitos, os Estados membros da organização mobilizaram esforços para resolvê-los (UZOECHINA, OKEY, 2014).

Eclodiram conflitos internos na África Ocidental no final da guerra fria, no entanto, essas guerras mobilizaram as forças de manutenção de paz da CEDEAO ECOMOG (O Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental). A intervenção dessas forças de segurança marcou a virada da região no tratamento da segurança. Foi criado por meio de protocolos da CEDEAO alguns mecanismos para resolução de conflito, um trata sobre A Prevenção, Gestão, Resolução e Manutenção de Paz; outro é sobre a Democracia e Boa Governança, a Moratória da CEDEAO, as Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (BAH, ALHAJI M S, 2010).

Uzoechina, Okey (2014) explica que o Mecanismo de prevenção Gestão, Resolução e Manutenção de Paz tem sido um mecanismo de evolução no setor da segurança da CEDEAO e constitui um instrumento de desenvolvimento econômico e a integração regional. Além disso, o mecanismo estabeleceu o grupo de Monitoramento de Cesar Fogo da CEDEAO (ECOMOG). O Protocolo sobre Democracia e Boa Governança foi um anexo ao Mecanismo de Prevenção que tem como objetivo a solidificação dos governos e instituições democráticas, respeito ao Estado de Direito, direito humanos, independência de poder judiciário, separação dos poderes, fortalecimento dos parlamentares, promoção de uma imprensa responsável, liberdade de associação, não discriminação religiosa, raça e étnica, permitir a participação popular nas tomadas das decisões e controle democrático civil das Forças Armadas.

A intervenção da CEDEAO para resolução desses conflitos nesses países foi para que ele não alastrasse por toda região, lembrando que a TCRS prevê que a segurança da região depende da segurança dos países que a compõe, por isso a organização ajudou na resolução dos problemas.

Também, este mecanismo não tolera a tomada de poder de forma inconstitucional, o mecanismo serviu de base para aplicação das sanções aos governos inconstitucionais e pressões para realização das eleições nos países onde os governos forma derrubados. Outro ponto importante de Protocolo é que ele determina que tanto polícia e outras forças de segurança devem estar sob controle de poder civil legalmente constituídos, e as Forças Armadas composta por cidadãos com direito estabelecidos pelas constituições nacionais.

O mecanismo sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre foi estabelecido, em 2006, com o objetivo de conter a fabricação e a transferência ilícita de armas de pequeno calibre na região. O Protocolo entrou em vigor apenas em 2010 com aprovação dos ministros da Defesa e Segurança da CEDEAO (UZOECHINA, OKEY, 2014).

Mais tarde, os Estados membros que mandaram seus soldados para ajudar na resolução do conflito liberiano argumentaram que o não envio de soldados culminaria em um grande

número de refugiados. A guerra da Libéria teve impacto em outros Estados da região, como Burkina Faso e Costa do Marfim. Esses países deram apoio aos insurgentes liberianos que estavam sob liderança do então presidente Charles Taylor, o conflito se estendeu mais pela disputa dos recursos naturais, dentre eles: diamante, mineiro de ferro e madeira (BAH, 2010).

De acordo com Bah (2010), calcula-se que existem cerca de 8 a 10 milhões de armas de pequeno calibre na região. A proliferação dessas armas se deve aos conflitos armados na região. Além de armas, o conflito também criou um número elevado de refugiados que procura abrigo nos países vizinhos. A falta de oportunidade de trabalho generalizado para refugiados, juntamente com condições precárias de vida, favorece a criação de grupos criminosos. Muitos dos ex-combatentes refugiados atuaram como mercenários nas guerras nos países vizinhos, sabe-se que os ex-combatentes da Libéria de Serra Leoa estiveram envolvidos no conflito de Costa de Marfim.

A intervenção da força sub-regional de ECOMOG (Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental) para manutenção de paz na Libéria e Serra Leoa além de causar perdas de vidas dos soldados fez a CEDEAO gastar recursos que poderiam ser investidos em outras áreas para estimular o desenvolvimento na região. Conforme Bah (2010), calcula-se que nessas missões, a Nigéria investiu cerca de 12 milhões de dólares e perdeu cerca de mil soldados. As tropas de CEDEAO foram substituídas por tropas da ONU, mas, antes de serem substituídas, estima-se que a Nigéria gastava 1 milhão de dólar por mês com estadia dos seus soldados nesses países. Na época, a Nigéria não vivia bom momento econômico, mas o país estava preocupado com a segurança dos países vizinhos, a não intervenção nesses países poderia desencadear uma onda de violência na região, porque a segurança dos países vizinhos está ligada, a instabilidade num país da região pode chegar em outro país se não forem resolvidas como foi definida pela teoria de complexo regional de segurança.

No passado, os países vizinhos fracos e algumas potências externas como a França, temiam o poder da Nigéria na região. As relações francesas com Nigéria foram tensas, a má relação entre os dois países levou França a criar dificuldade da atuação da Nigéria na sub-região e dificultou também a construção de uma arquitetura de segurança na África Ocidental. Apesar de a Nigéria ter usado seu poder para garantir segurança na região, isso impediu que algumas das suas atitudes fossem contestadas: uma delas foi quando o país consultou os demais países membros da CEDEAO a respeito de asilo que deu ao antigo presidente liberiano Charles Taylor. Essa atitude gerou preocupação em alguns países membros da organização, enquanto outros viram como boa de modo a evitar outro derramamento de sangue. Países que foram

prejudicados pela atitude de Charles Taylor, como Costa do Marfim, Serra Leoa e Guiné, não gostaram da atitude nigeriana, mas não podiam fazer nada devido à força militar e econômica que a Nigéria tem na sub-região (BAH, 2010).

De acordo com Söderbaum (2010), em 2003, a CEDEAO teve segunda missão na Libéria. Foram enviados cerca de 3.600 homens da ECOMIL (Missão da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental na Libéria), E em outubro de mesmo ano, a força da ECOLMIL foi substituída pela força UNMIL (Missão das Nações Unidas na Libéria) da ONU, essa força tinha mesma missão que anterior.

Outra missão bem-sucedida da CEDEAO foi entre 1997 e 1999, o General nigeriano, Sani Abacha, desviou uma força de paz que estava destinada para Libéria, mas foram direcionados para Serra Leoa com finalidade de impedir um golpe de Estado que estava sendo realizado pelo exército local. Em maio de 1997, a força enviada à Serra Leoa conseguiu travar golpe, em fevereiro de 1998 o poder foi devolvido ao presidente Tejan Kabbah. Entre 1998 a 1999, foi enviado uma força para manutenção de paz na guerra civil na Guiné-Bissau que envolveu o então presidente João Bernardo Vieira (Nino) que tinha apoio do exército senegalês contra Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, Ansumane Mané. CEDEAO acabou por retirar sua força na Guiné-Bissau antes do fim do conflito, a retirada da força se deve a fraca capacidade de lidar com ele. (SÖDERBAUM; HETTNE, 2010)

Outra missão que a organização liderou foi entre 2003 a 2004 na Costa de Marfim. O objetivo do envio de força era fazer cumprir o Acordo de Linas-Marcoussis que colocaria o fim a guerra civil iniciada em setembro de 2002. O Conselho de Segurança da ONU aprovou, em fevereiro de 2004, uma Resolução que tinha como finalidade de envio de uma força de manutenção de paz à Costa de Marfim, essa missão contou com cerca de 7.000 soldados da ONU para ajudar as forças de CEDEAO no país (SÖDERBAUM; HETTNE, 2010).

As missões da CEDEAO tiveram apoio das outras potências como Grã-Bretanha, Estados Unidos e França. No processo de manutenção de paz na Serra Leoa, Grã-Bretanha usou seu poder no Conselho de Segurança de ONU para apoiar a missão, além disso enviaram suas tropas para apoiar tropas da ONU. (BAH, 2010)

De acordo com SÖDERBAUM, Fredrik; HETTNE, Björn (2010), dentre organizações de sub-região que existem no continente africano, CEDEAO é organização que tem mais experiência nas missões de paz e segurança, através dos relatórios de Secretário geral da ONU. Esse mérito foi reconhecido e encorajado por Resolução de Conselho de Segurança da ONU. As missões da CEDEAO tem sido alvo de controvérsia, os estudos críticos expõem as fragilidades das missões realizadas pela organização: uma delas tem a ver com a falta de

coordenação e controle unificado porque os países que contribuem com tropas nas missões acabam por reter o controle próximo dos seus soldados. Além disso, os soldados enfrentam problema de logística. Lembrando que a teoria de complexo regional de segurança pauta na ajuda de resolução de conflito aos países vizinhos, ou seja, que pertencem à mesma região, porque a não intervenção pode desencadear uma instabilidade a nível regional, portanto, para que isso não aconteça todos devem se unir para solucioná-los.

4 ATUAÇÃO DA CEDEAO PÓS-GOLPE DE ESTADO EM GUINÉ-BISSAU (2012-2019)

Em 12 de abril de 2012, os militares perpetraram um golpe de Estado na Guiné-Bissau, interrompendo o processo eleitoral. O presidente interino Raimundo Pereira e o candidato Carlos Gomes Junior foram presos em suas casas (SOUSA, 2013).

De acordo com Sousa (2013), para as pessoas que acompanharam o cenário político na Guiné-Bissau, a atitude dos militares não surpreendeu devido à forte presença das Forças Armadas angolanas que estavam colaborando com Carlos Gomes Junior, que ocupava o cargo de Primeiro-Ministro na época. A presença das tropas angolanas incomodava as Forças Armadas guineenses, pois o alto escalão militar considerava a presença estrangeira como demasiadamente prolongada e uma intromissão em assuntos internos da Guiné-Bissau.

Conforme Döring et al. (2016), as organizações internacionais têm mobilizado esforço para ajudar na estabilização de Guiné-Bissau, nessa ótica foi enviado uma missão militar e técnica para apoiar na reforma no setor da defesa e segurança. Em 2009, houve um pedido do governo à CEDEAO e a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) para envio de técnicos para apoiar a reforma mencionada, mas esse pedido foi rejeitado pelos militares. Mas, em março de 2011, os militares guineenses aceitaram envio de um contingente de militares angolanos ao país para apoiar na reforma.

O processo da reforma no setor da defesa e segurança na Guiné-Bissau, em meados de 2006, contou com apoio de diversos atores externos e internos que deram apoio técnico e financeiro para sua realização. Mas os acontecimentos entre 2008 e 2010 acabaram por interromper as ajudas que eram dadas pelos atores. Alguns deles, como os Estados Unidos, acabaram por retirar seus diplomatas do país e cortaram ajuda financeira, prejudicando muito a realização do trabalho da reforma (UZOECHINA, OKEY, 2014).

De acordo com Sousa (2013), a presença de militares de Angola no território guineense se devia a um acordo entres os Estados, para o recebimento de apoio angolano no processo da reforma no setor de segurança da Guiné-Bissau. Os militares angolanos se instalaram na Guiné-Bissau, em janeiro de 2011, motivados por laços históricos entre dois países que tiveram processos de descolonização e movimentos de libertação similares. Além disso, Angola tinha o objetivo de ampliar sua área de atuação no cenário internacional, principalmente no continente africano. Os angolanos tinham interesse em explorar recursos naturais guineense, tais como o fosfato e a bauxita, calculados em cerca de 110 milhões de toneladas. A descoberta

desses recursos no território guineense chamou atenção de alguns países e Angola se apressou em ter acesso a explorá-los

Conforme Döring, et. al. (2016), a UA (União Africana), a CPLP, a CEDEAO e a UE (União Europeia) reagiram face ao novo cenário na Guiné-Bissau, essas organizações tiveram um posicionamento unânime condenando o golpe de Estado e exigindo a libertação das pessoas que foram detidas e, em seguida, dar continuidade ao processo eleitoral e volta da estabilidade constitucional. Além disso, enfatizaram que não reconheceriam qualquer governo formado por meio inconstitucional. Mais tarde, outras organizações tiveram um posicionamento mais duro, o Banco Mundial, BAD (Banco Africano de Desenvolvimento) e UE resolveram cortar ajuda financeira a Guiné-Bissau. Nessa linha, CEDEAO, ONU e UE sancionaram os militares, ou seja, os membros de comando militar. Numa reunião de 17 abril de 2012, a UA suspendeu Guiné-Bissau de participar em todas as atividades da organização.

Após o golpe, um grupo das Forças Armadas guineense autodenominada de Comando Militar - grupo de militares que não se sabe exatamente de que ala das Forças Armadas pertencia - assumiu a responsabilidade pelo golpe durante um pronunciamento feito pelo porta-voz Tenente-Coronel Daba Na Walna. Em entrevista a RTP-África, no programa Repórter África, Na Walna fez uma série de alegações justificando o motivo de golpe, de acordo com ele:

O golpe de Estado é uma solução inconstitucional. Há quem diga, e eu também defendo essa tese, que não há nada que justifique o golpe de Estado. Mas há uma justificação: o direito à vida própria. Se alguém monta uma cilada, mandando militares estrangeiros para humilhar e para matar, fica-se de braços cruzados a pretexto de quê? Não há razão que justifique um golpe de Estado, mas pergunto: E há razão que justifique, num país que não está em guerra, que o presidente ou o primeiro-ministro mande vir tropas estrangeiras, sem conhecimento do Conselho de Ministros, sem conhecimento da Assembleia Nacional, mas através de uma carta secreta que é trazida por um ministro dos Negócios Estrangeiros de outro país (Angola) (RTP, 2012)

Alguns dias depois do ocorrido, começaram a circular contrainformações envolvendo a participação do Chefe do Estado-Maior, General António Indjai. Esse, por sua vez, acabou por apresentar-se como integrante do Comando Militar (Sousa, 2013). De acordo com Sousa (2013), o Comando Militar tentou justificar a causa de golpe denunciando um suposto acordo secreto entre o Carlos Gomes Júnior e o governo de Angola para desarmar as Forças Armadas guineenses. Dessa forma, os militares entenderam que era uma invasão de uma força estrangeira no Estado guineense.

Na Walna afirmou que militares angolanos “trouxeram armas e militares sem autorização. Isso não é tolerável,” (RTP. 2012, s.n) salientando que Raimundo Pereira e Carlos

Gomes Júnior, detidos pelos revoltosos, seriam libertados assim que houvesse condições de segurança. Também, informou sobre um possível entendimento com a CEDEAO, em que “não passará pelo regresso de Carlos Gomes Júnior à chefia do Governo, nem tampouco à Presidência da República” (RTP. 2012, s.n).

As Forças Armadas guineenses e o Chefe de Estado-Maior General Indjai toleraram até certo ponto os militares angolanos, mas com a circulação de algumas informações de que tropas angolanas pertenciam a unidades de forças especiais e estavam acumulando materiais bélicos nas suas instalações e o número de militares estava aumentando, salientando que no acordo assinado entre os dois Estados envolvia apenas envio de 200 militares. Esses militares angolanos são vistos como guarda de Carlos Gomes Júnior, e militares guineense começaram a contestar esse comportamento principalmente o alto comando das Forças Armadas, antes do golpe os dois Estados anunciaram que (MISSANG) iria abandonar o país, mas não se sabe a data que deviam abandonar. (SOUSA, 2013). Sousa reforça (2013, p. 91):

A partir do momento em que as chefias militares começam a se sentir encurraladas face ao extravasar do poder militar angolano, e começam a sentir que a sua liberdade de movimentos se reduz, reagem. Esta estratégia antiangolana (ou anti-CPLP) e de hostilidade para com a MISSANG, tinha também como alvo uma aproximação a alguns países da Comunidade Económica dos Países de África Ocidental (CEDEAO), que nunca viram com bons olhos a presença de Angola.

Após o golpe, o país viveu num clima tenso de prisões arbitrárias por parte dos militares, conforme Amnistia Internacional (2012). A Anistia recebeu informação de que as Forças Armadas estavam prendendo alguns civis e militares que apoiaram o golpe, mas os militares negaram tal acusação, na altura foi difícil apurar tal fato porque nenhuma informação foi divulgada a respeito da detenção. O trabalho da Anistia Internacional foi difícil por não ter informações concretas da atividade dos militares, mas não os impediu junto com as organizações da sociedade civil nacional e Conselho de Segurança das Nações Unidas de apelar para soltura das pessoas presas.

O Comando Militar alegou que a detenção de Carlos Gomes Junior e Raimundo Pereira foi pelas suas seguranças e não seriam machucados. No dia 14 de abril, Gomes Junior e Pereira foram enviados para quartel de Mansoa, que fica a 60 km de Bissau. Eles ficaram presos numa cela pequena sem sanitário e infestada de mosquitos, após dois dias de detenção, receberam uma visita de uma equipe de Cruz Vermelha que levou medicamentos. Também, receberam visita de um grupo de funcionários de UN Integrated Peacebuilding Office for Guiné-Bissau (Missão Integrada da ONU para Apoio à Paz na Guiné-Bissau – UNIOGBIS). Além dessas

entidades, não forma permitidas visitas dos familiares ou dos advogados (ANISTIA INTERNACIONAL, 2012).

Nove dias após golpe, em 21 de abril de 2012, o Brigadeiro-General Fodé Cassamá, então Secretário de Estado para os Veteranos da Guerra de Libertação, foi detido em Farim, na região de Oio, junto com seu motorista Domingos Imbale e seu assessor Sabino Pinto Sanca. Eles foram espancados na rua, depois colocados num caminhão militar e levados por um desconhecido. Alguns dias depois, descobriram que os dois funcionários foram soltos, mas o Brigadeiro-General Fodé se encontrava preso no quartel de Mansoa. Em 27 de abril, Fodé foi solto, e o motivo da detenção alegado pelo Comando Militar foi suspeitas de que Fodé pretendia um fazer contragolpe (AMNISTIA INTERNACIONAL, 2012).

Em 27 de abril de 2012, Carlos Gomes Junior e Raimundo Pereira foram soltos pelos militares, e abandonaram o país forçosamente. Eles viajaram para Abidjã, na Costa do Marfim, onde ficaram por duas semanas. Depois, seguiram para Portugal como exilados políticos (AMNISTIA INTERNACIONAL, 2012).

De acordo com Döring, et al. (2016), Guiné-Bissau é um país que vive da dependência financeira, técnica e material em quase tanto no período colonial e pós independência, essa dependência também se estende aos militares que. Por tanto, para país sair dessa crise precisará da ajuda externa.

A CEDEAO acabou por se envolver no processo de transição juntamente com atores políticos em busca de uma saída para formação de um novo governo de transição. A organização assumiu o protagonismo no novo processo transitório, participando nas negociações com as partes envolvidas no golpe e os políticos. Em todos os golpes que aconteceram na Guiné-Bissau após a democratização, os militares jamais ocuparam o poder e sempre escolhem um político para assumir a presidência (SOUSA, 2013). Como afirma Sousa (2013, p. 93-94):

A 18 de Abril, o comando militar organiza a assinatura de um acordo de estabilização e manutenção da ordem constitucional e democrática, assinado por 12 partidos políticos, mas sem a participação do PAIGC. Para além da criação do Conselho Nacional de Transição e instauração de um regime de transição pelo período de dois anos são apresentadas várias reivindicações para o regresso dos militares às casernas: como a de a nomeação de um novo presidente, a realização de novas eleições legislativas e presidenciais no prazo de dois anos (sem participação de Raimundo Pereira e Carlos Gomes Jr.) ou a manutenção das chefias militares nos seus postos²⁶. Foi também nomeado para chefiar este Conselho Nacional de Transição, Braima Sori Djaló (PRS).

Nos primeiros momentos do golpe como foi sinalizado acima, a comunidade internacional decidiu ficar de fora do processo transitório político. Mais tarde, a CEDEAO entrou para liderar as negociações entre os militares e os partidos políticos. A classe castrense, por sua parte, mostrou que estava pronta para negociar com todas as partes, tanto organizações internacionais e partidos políticos e, principalmente o PAIGC. No dia 26 de abril 2012, em Abidjan, teve um encontro liderado pela CEDEAO com os partidos e os militares para procurar solução viável à volta da ordem democrática no país. Nessa reunião, a organização chegou a um acordo com os militares de envio de uma força militar da organização no território guineense, a força denominada de ECOMIB (Missão da CEDEAO em Guiné-Bissau) seria composta por 600 militares. O objetivo da ECOMIB era ajudar no processo de restauração da ordem democrática e na retirada das forças angolanas no país. Em 3 de maio de 2012, houve outra reunião em Dakar, capital de Senegal, para confirmar as decisões tomadas na reunião anterior. Nesses encontros, foi aprovada a nomeação de Serifo Nhamadjo como presidente de transição e Rui de Barros como primeiro-ministro, Nhamadjo não ocupou apenas este cargo, mas também a vice-presidência do parlamento da CEDEAO (Sousa, 2013).

De acordo com Sousa, Miguel Girão (2014), depois de seis meses do golpe e novo governo de transição se encontrava na maior dificuldade para conseguir reconhecimento internacional e nem recebia ajudas financeiras, por outro lado, os militares continuavam desrespeitando a lei perseguindo alguns políticos. A CEDEAO e o governo de transição esperavam ver as instituições de Estado em funcionamento, mas cerca de 50 deputados de PAIGC se uniram e acabaram por dificultar os trabalhos na ANP (Assembleia Nacional Popular) colocando barreiras no governo de transição que não conseguia pôr em prática alguns dos seus projetos. Em face dessa realidade vivida na ANP, o governo alegava que seria difícil realizar eleições em abril de 2013, já que não eram reconhecidos pela comunidade internacional e nem recebiam nenhuma ajuda externa.

A Missão da CEDEAO não era apenas para ajudar a conduzir as negociações com os partidos políticos para saída de crise, mas também se estendia para ajudar no processo da reforma do setor da defesa e segurança na Guiné-Bissau. De acordo com Uzochina, Okey (2014, p. 24):

Os documentos chave que explicitam as funções e responsabilidades da CEDEAO e do Governo da Guiné-Bissau no processo RSDS incluem, nomeadamente, o Memorando de Entendimento (MoU) sobre a Implementação do Programa da Reforma da Defesa e do Setor da Segurança na Guiné-Bissau e o Acordo do Estatuto de Missão (SOMA), efetuados entre o Governo da Guiné-Bissau e a CEDEAO, e assinados em 7 de Novembro de 2012. O trio fica concluído com o Roteiro Conjunto

para RSDS, o qual precedeu o MoU e o SOMA. De acordo com o Memorando de Entendimento, a CEDEAO concordou em atribuir 63 milhões dólares americanos ao processo RSDS, como uma contribuição financeira sob forma de subsídio. Em contrapartida, o Governo da Guiné-Bissau concordou em alocar 10% dos encargos previstos para a criação de um fundo de pensões, para além de se comprometer a dispor de 5% do seu orçamento nacional anual para o programa RSDS, durante os quatro anos seguintes. No âmbito do Memorando de Entendimento, as obrigações da CEDEAO incluem, respetivamente, contribuir para o reforço da segurança das instituições e proteção dos órgãos nacionais responsáveis pela investigação criminal, chefiar a Missão de Assistência Técnica e coordenar as suas atividades, nomear os chefes das três componentes da missão (civil, policial e militar), em colaboração com o governo da Guiné-Bissau, efetuar a contratação e envio do pessoal necessário para a implementação do programa, assim como contribuir para a reabilitação dos quartéis e instalações policiais.

A assinatura desse memorando destacava que as forças da ECOMIB se estenderam a outras áreas. Conforme Uzoehina e Okey (2014, p. 25), o artigo IV do SOMA (Acordo do Estatuto de Missão) enfatiza que a missão da ECOMIB seguiria os seguintes pontos importantes:

- i. prestar segurança durante o processo de transição, o qual deveria ser conduzido por um acordo consensual com base na constituição da Guiné-Bissau;
- ii. apoiar o processo eleitoral da Guiné-Bissau mediante a disponibilização de segurança a todas as partes e Instituições envolvidas no processo;
- iii. providenciar segurança a todas as outras instituições, VIP e pessoas vulneráveis no país;
- iv. garantir a segurança de instituições e testemunhas envolvidas na investigação e processos criminais relativos a assassinatos;
- v. estabelecer e proteger os corredores humanitários onde necessário, no sentido de prestar assistência humanitária;
- vi. assegurar segurança à população em geral e criar um ambiente propício à garantia das liberdades pessoais e outras, incluindo a liberdade de circulação de pessoas e bens permitindo, deste modo, que as empresas e bancos retomem as suas atividades normais;
- vi. auxiliar na implementação efetiva do programa da RSDS na Guiné-Bissau;
- viii. executar qualquer outra missão de segurança, sempre que a situação o exigir.

No começo, a missão da ECOMIB tinha mandato de seis meses com possibilidade da renovação, conforme o desenrolar dos acontecimentos na Guiné-Bissau. Em uma sessão ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, realizado em 2013, a missão foi prorrogada por mais doze meses com início no dia 17 maio de 2013 a maio de 16 de maio de 2014 (UZOECHINA, OKEY, 2014).

De acordo com Uzoehina e Okey (2014), a presença da missão da CEDEAO tem dado resultado significativos, criou um clima propício para processo de RSDS (Reforma no Setor da Defesa e Segurança) e estabilidade política. As partes envolvidas na resolução do empasse político acabaram por se entender, possibilitando a integração de outros partidos políticos, militares, membros da ANP, sociedade civil e tecnocratas no novo governo de transição que foi formado no mês de junho de 2013. Dessa forma, o calendário das atividades de transição foi

prorrogado até dezembro de 2013, possibilitando a nomeação de um novo presidente de CNE e outros membros.

De acordo com Döring, Katharina P. W et. al (2016), em maio de 2012, a UA começou a ter um posicionamento mais moderado sobre o governo de transição na Guiné-Bissau, essa mudança de posicionamento da UA se deve aos resultados alcançados pela CEDEAO. A UA “endossou todas as decisões da CEDEAO e saudou seu “dinamismo”, enfatizando o princípio da subsidiariedade” (DÖRING, p. 19).

4.1 ELEIÇÕES GERAIS: A PROFUNDA CRISE POLÍTICA DE 2014-2015

Em 2014, foram realizadas eleições legislativas e presidências no qual PAIGC venceu ambos, nas legislativas PAIGC (Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde) elegeu cerca de 57 deputados, PRS (Partido da Renovação Social) 41, PCD (Partido da Convergência Democrática) 2, PND (Partido Nova Democracia) 1 e UM (União para Mudança) 1 deputado. Enquanto presidências foi decidido no segundo turno entre José Mario Vaz de PAIGC e Nuno Gomes Nabiam candidato independente que mais tarde teve apoio de PRS no segundo turno. No primeiro turno José Mario Vaz teve de 40,89% e Nuno Gomes Nabiam teve 24,79%. No segundo turno José Mario Vaz venceu com 61,91% contra 38,08% de Nuno Gomes Nabiam. (CNE, 2014)

Finalizou o processo eleitoral José Mario Vaz foi empossado como novo presidente e nome de Domingos Simões Pereira foi indicado para assumir cargo de Primeiro-Ministro como manda o 98 da constituição “1 - O Primeiro-Ministro é nomeado pelo Presidente da República tendo em conta os resultados eleitorais e ouvidos os partidos políticos representados na Assembleia Nacional Popular.” (GUINÉBISSAUA, 1996. s.n). Toupane, et al. (2019), afirmaram que, as duas eleições deram esperança ao povo guineense e a comunidade internacional que esperava a volta à normalidade no país e a ordem constitucional.

Além disso, Toupane, et al. (2019) consideram que a gestão de Domingos Simões Pereira procurou montar um governo de unidade nacional com participação de todos os partidos com assento parlamentar, a fim de garantir uma estabilidade política, desenvolvimento econômico. Essa ideia criou uma confiança entre os guineenses e comunidade internacional. Os funcionários públicos recebiam seus salários de forma regular, principalmente os da área de saúde e da educação, fornecimento de água encanada e energia foi melhorado na capital Bissau e os parceiros internacionais levantaram as sanções impostas após golpe de 2012 e voltaram a apoiar o país.

A volta da normalidade política permitiu o governo a organizar uma reunião com os parceiros internacionais da Guiné-Bissau em Bruxelas. O novo governo liderado pelo Domingos Simões Pereira conseguiu mobilizar um fundo de US\$ 1,27 bilhão para execução de um plano de governança conhecido de “Terra Ranka” para o período de 2015 a 2020. Após a mobilização dos fundos para investimento no país por parte do governo, iniciou-se uma nova crise política entre presidente e primeiro-ministro, José Mario Vaz acusou Domingos Simões Pereira de nepotismo, corrupção e falta de transparência. (TOUPANE, et al. 2019). Mas sabe-se que os desentendimentos entre os dois dirigentes começaram bem antes, quando o Ministro da Administração Interna Botche Candé foi demitido do seu cargo em novembro de 2014. (SAMPAIO, MADALENA, 2015)

O desentendimento dos dois culminou na demissão de Domingos Simões Pereira, depois da demissão presidente pediu ao PAIGC que indicasse outra pessoa, partido, por sua vez, voltou a indicar o nome do primeiro-ministro demitido para ocupar o cargo, presidente acabou por não aceitar essa indicação e nomeou o terceiro vice-presidente de partido Baciro Djá como novo primeiro-ministro (ODIGIE, 2019).

A indicação de Baciro Dja foi vista dentro como tentativa de criar instabilidade de liderança no partido. O PAIGC, por outro lado, entrou com processo judicial na Suprema Corte solicitando que sua indicação seja revogada por não respeitar a constituição. No dia 8 de setembro de 2015, a Suprema Corte se posicionou anulando sua indicação baseando no artigo 98 da constituição da república que enfatiza que o partido vencedor tem por direito de indicar um nome para cargo de primeiro-ministro. (TOUPANE, ET AL. 2019).

Na tentativa da resolução da crise institucional na Guiné-Bissau, foi nomeado o ex-presidente da Nigéria Olusegun Obasanjo pelo então presidente do Grupo de Contato Regional da CEDEAO, Muhammadu Buhaari (ODIGIE, 2019).

De acordo com Marron, Odigie (2019), entre 14 e 18 de setembro de 2015, Olusegun Obasanjo viajou para Guiné-Bissau, a mando de CEDEAO para encontrar com as partes envolvidas na crise política, graças a sua ajuda, Carlos Correia foi indicado como novo primeiro-ministro. No dia 2 de outubro de 2015, o novo primeiro-ministro mandou uma lista de nomes para ocuparem cargos de gabinetes para presidente avaliar, nessa lista constava o nome de Domingos Simões Pereira para ocupar um dos gabinetes. O presidente, por sua vez, recusou o nome de ex-primeiro-ministro provocando mais outra crise. Entre 9 a 11 de outubro de 2015, Obasanjo voltou a se reunir com os principais atores políticos para resolver o problema da ocupação de gabinete, as partes se entenderam e Simões Pereira foi retirado da lista.

O governo liderado por Carlos Correia fez algumas manobras política para levar PRS para o governo, com objetivo de ter facilidade no parlamento para aprovar seu programa de gestão. No entanto, não teve sucesso, seu programa de governo foi reprovado com cerca de 56 votos contra e 45 a favor. O insucesso no parlamento levou presidente a demiti-lo do governo. Em 12 de maio, Baciro Dja foi reconduzido ao cargo pela segunda vez (CONFORME ET AL. 2019)

É importante salientar que a escolha de Baciro Dja para cargo de primeiro-ministro não respeitou o artigo 98, da constituição, mas, o presidente justificou que essa escolha foi para conseguir uma maioria formada no parlamento. O PAIGC por sua vez, voltou a recorrer à Suprema Corte a revogação da indicação de Baciro Dja, o que não surtiu efeito uma vez que o supremo teria reconhecido o governo de Baciro Dja. Depois desta decisão da Suprema Corte houve uma reação dos membros da sociedade civil que contestaram esta decisão uma vez que não respeitou o artigo 98 da constituição (TOUPANE, ET AL. 2019).

Mesmo com a decisão favorável de Suprema Corte e com a maioria parlamentar, o governo liderado pelo Baciro Dja, não conseguiu aprovar seu programa de governo porque o PAIGC dificultou seu trabalho no Comitê do parlamento, o órgão responsável por agendar as pautas a serem votadas. O partido bloqueou parlamento esperando que o presidente demitisse governo e convocasse novas eleições legislativas, mas o presidente por sua vez, mostrou se relutante a essa a estratégia e pediu ajuda da CEDEAO para solucionar o problema (TOUPANE, ET AL. 2019).

Conforme Toupane, et al. (2019), a CEDEAO atendeu o pedido de presidente José Mario Vaz, entre 5 a 8 de setembro de 2016, foi enviado um grupo de ministros de relações exteriores da CEDEAO para Guiné-Bissau, com intuito de realizar uma reunião com atores nacionais e internacionais². O foco desse encontro foi procurar uma saída da crise política, o encontro resultou na assinatura de um roteiro no dia 10 de setembro de 2016 com os seguintes pontos definidos:

1. Reunião de todas as partes interessadas em um diálogo inclusivo, incluindo 15 dissidentes; representantes do PAIGC, PRS e outros partidos políticos; e representantes da sociedade civil e grupos religiosos.
2. Formação de um governo inclusivo e consensual para implementar a plataforma da mesa redonda e liderar o país até as eleições legislativas, originalmente programadas para 2018.

² Presidente José Mario Vaz, Líder de PAIGC, Membro dos 15 deputados expulso de PAIGC, Grupo de P5, Presidente de ANP Cipriano Cassama, Líder parlamentar de PRS.

3. Implementação da reforma da Constituição, das leis eleitorais, da Lei Quadro dos partidos políticos e da reforma da administração territorial, e o fortalecimento da justiça para maior credibilidade.
4. Estabelecimento de um mecanismo de monitoramento e avaliação.
5. Implementação do Programa de Reforma da Defesa e Segurança.
6. Desmobilização da força militar da missão da CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB) dentro de seis meses após a formação de um contingente guineense para substituir a força em seu papel de proteger as instituições do Estado e os altos funcionários do Estado. (TOUPANE, PAULIN MAURICE, ET AL. 2019, p. 7)

O grupo que assinou o roteiro na Guiné-Bissau seguiu-se para Guiné-Conakry entre 11 a 14 de outubro de 2016, para se encontrar com presidente de Guiné-Conakry, Alpha Condé, indicado pela CEDEAO como mediador, o encontro resultou na assinatura do Acordo de Conakry que serviu como a primeira etapa para implementação do roteiro (TOUPANE, ET AL. 2019).

O encontro de Conakry teve como objetivo fazer com que as partes envolvidas na crise cumprissem com os pontos acordados no roteiro assinado no dia 10 de setembro de 2016, além disso, foi assinado outro documento em Conakry que ficou conhecido como acordo de Conakry. Os pontos acordados nesse encontro, segundo CEDEAO (2016), são:

1. Num processo consensual para a escolha de um Primeiro-Ministro que tenha a confiança do Presidente da república. O Primeiro-Ministro deverá exercer funções até às eleições legislativas de 2018;
2. Na formação de um governo inclusivo, de acordo com um organograma negociado, de forma consensual, entre os partidos políticos representados na ANP, com base no princípio da proporcionalidade da respectiva representação parlamentar
3. Na possibilidade de nomear para o governo inclusivo, personalidades independentes e da sociedade civil
4. O governo inclusivo implementará um programa elaborado durante uma mesa redonda de diálogo nacional, nos 30 dias posteriores à nomeação do Primeiro-Ministro
5. O respeito pelos princípios em vigor para a nomeação de altos funcionários da república.
6. A elaboração e adopção, pela mesa redonda de diálogo, de um pacto de estabilidade assinado pelas principais forças políticas e sociais, articulando os seguintes princípios:
 - a. Responsabilidade e transparência na tomada de decisões institucionais
 - b. Reforma da constituição permitindo de estabelecer relações estáveis entre os poderes executivo, legislativo e judicial
 - c. Reforma da lei eleitoral com vista à organização de eleições legislativas e autárquicas em 2018
 - d. Uma nova lei dos partidos políticos incluindo o financiamento dos partidos políticos, tendo em conta (pro rata) o seu peso na assembleia Nacional. e. Reforma dos sectores da Defesa segurança e Justiça
 - f. O arranque da implementação de um programa de desenvolvimento, com base na visão do “Terra Ranka”
7. O apoio da CEDEAO, União africana, CPLP, Nações unidas e União europeia nos esforços de elaboração, implementação e seguimento do pacto de estabilidade, nomeadamente através da disponibilização de apoio técnico de alto nível, bem como de outros meios financeiros, logísticos necessários.
8. A criação de um quadro de seguimento e monitorização a 3 níveis, com vista a garantir a estabilidade do processo.

- a. Ao nível do Conselho de Ministros da CEDEAO
 - b. Ao nível da Comissão da CEDEAO, em parceria com os outros parceiros internacionais
 - c. Ao nível do mediador da CEDEAO que informará a conferência de Chefes de Estado da CEDEAO
9. A reforma constitucional será efetuada no quadro de uma larga consulta pública nacional, tendo em consideração as estruturas nacionais existentes para levar a cabo a revisão constitucional
10. O princípio de uma reintegração efetiva dos 15 deputados dissidentes no seio do PAIGC, sem condições, mas tendo em consideração os textos em vigor no seio do PAIGC. (CEDEAO, 2016. s.n)

Após assinatura desse acordo, os participantes fizeram questão de agradecer o mediador da CEDEAO, na pessoa do presidente Alpha Condé, pela sua gentileza, liderança e a boa recepção em ouvir as partes envolvidas na crise, no qual, comprometeram-se um espírito de irmandade para interesse da Guiné-Bissau, implementando o acordo de Conakry e o roteiro assinado no dia 10 de setembro. Também agradeceram os chefes de Estado do Senegal, Serra Leoa e Angola, Comissão da CEDEAO, da União Europeia, da CPLP, da União Africana e das Nações Unidas (CEDEAO, 2016)

De acordo com Toupane, et al. (2019), o acordo de Conakry não melhorou as controversas dos atores políticos na Guiné-Bissau. Pelo contrário, piorou porque ao chegarem no país acabaram por não cumprir com o que foi acordado em Conakry, uma vez que, consta no acordo que, os partidos com assento parlamentar e os presentes na mediação em Conakry deveriam, pela unanimidade, escolher um primeiro-ministro, mas o presidente José Mario Vaz apresentou três nomes para diferentes do que do que teria sido acordado em Conakry, entre eles, Umaro Sissoco Embaló, Mamadou João Fadia, e Augusto Olivais.

A crise se agravou ainda mais, os grupos de 15 deputados e o PRS, apoiadores de José Mario Vaz, alegaram que os três nomes não foram selecionados por eles, por outro lado, o PAIGC, PCD, PND e UM argumentaram que Augusto Olivais era o candidato escolhido pela unanimidade. Além disso, a dificuldade na implantação do Acordo de Conakry foi dificultada pela reintegração dos 15 deputados expulsos do PAIGC. No dia 15 de novembro de 2016, o governo de Baciro Dja foi demitido, e o motivo da sua demissão se deve à diversas interpretações, a primeira se deve a divergência do Acordo de Conakry, e a segunda o possível descontentamento do presidente por não aprovação do programa e orçamento do governo. No dia 18 de novembro de 2016, Umaro Sissoco Embaló foi nomeado primeiro-ministro. (TOUPANE, PAULIN MAURICE, ET AL. 2019)

De acordo com Habidu (2017), os principais interessados na crise política na Guiné-Bissau são os signatários de acordo de Conakry, PAIGC, PRS, G15, PDC, PND, Domingos Simões Pereira e presidente de parlamento Cipriano Cassamá. O autor mostra que Domingos

Simões Pereira desde a sua destituição conseguiu bloquear, com ajuda de presidente de parlamento Cipriano Cassamá, o funcionamento do parlamento por dois anos, ou seja, os deputados não tiveram nenhuma sessão parlamentar, isso contribuiu na derrubada dos posteriores governos.

Conforme Odigie (2019), o PAIGC se opõe à nomeação do Sissoco, na 50ª Cúpula Ordinária da Autoridade de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO realizada em Abuja, em 17 de dezembro de 2016. A organização debateu sobre o incumprimento do Acordo de Conakry e enfatizou a importância das autoridades políticas a se dialogarem. Além do mais, a organização mostrou-se preocupado com a prolongada crise que assola o país, pediram ao presidente José Mario Vaz e as partes envolvidas a cumprirem com o que foi acordado em Conakry. Por outro lado, elogiaram o comportamento dos militares por não terem envolvido na crise e pediram para que eles continuassem assim. Por último, fizeram questão de lembrar a respeito da preparação da retirada da força de ECOMIB na Guiné-Bissau que devia acontecer em 30 de junho de 2017, sabendo que a retirada de ECOMIB poderia culminar num agravamento da segurança (ODIGIE, 2019).

No dia 15 de novembro de 2017, o grupo P5 formado pela UA, CEDEAO, CPLP, UE e ONU, reuniram-se em Bissau para debater os desdobramentos dos conflitos políticos no país. O grupo mostrou-se preocupado com a crescente tensão política e fizeram questão de lembrar que o mecanismo para saída da crise passa pelo cumprimento do Acordo de Conakry e pediram aos atores políticos o engajamento para acabar com a crise e colocar o interesse do país em primeiro lugar. Também pediram os políticos a se dialogarem de forma pacífica e, por último, o grupo garantiu que vai continuar a trabalhar ao lado do povo guineense, a fim de ajudar na estabilidade política e social (P5, 2017).

A nomeação de Sissoco Embalo pelo presidente como novo primeiro-ministro gerou uma nova polémica no seio dos partidos políticos. O PRS e outros partidos com assento parlamentar recusaram fazer parte do governo, esses grupos entenderam que Embalo não poderia ser nomeado por ser próximo ao presidente. Embalo, como outros predecessores, não conseguiu aprovação de seu programa e orçamento de governo. No dia 12 de janeiro de 2018, ele renunciou ao cargo. O Artur Silva foi nomeado como novo primeiro-ministro em 30 de janeiro de 2018. A sua nomeação se deve a uma nova consulta com aos partidos políticos, mas o PAIGC não aceitou sua indicação e instaurou-se uma crise política no país (TOUPANE ET AL, 2019).

Numa sessão extraordinária da CEDAO, realizada em 27 de janeiro de 2018, em Abuja, capital da Nigéria, os participantes na assinatura de acordo de Conakry foram sancionados pela

organização. O motivo da sanção é o não cumprimento do Acordo de Conakry, a sanção que viria a entrar em vigor a partir de 1 de fevereiro de 2018. O presidente em exercício da CEDEAO, Faure Essozimna Gnassingbe, Presidente da República Togolesa, por meio de uma decisão A/DEC.2.01 / 2018, juntamente com os líderes da CEDEAO, decretou sanção a vários políticos³. As pessoas sancionadas foram impedidas de participar das atividades da organização, congelamento dos bens e não concessão de visto aos membros de CEDEAO. A sanção foi baseada no Ato Adicional A / SA.13 / 02/12, de 17 de fevereiro de 2012, que recomenda sancionar os Estados membros ou políticos que não honram suas obrigações. Outras organizações, como o Conselho para a Paz e Segurança da União Africana, a Organização Internacional da Francofonia, a CPLP, a União Europeia e a Organização das Nações Unidas foram convidadas a adotarem a mesma medida (CEDEAO, 2018).

As negociações e esforços da CEDEAO tiveram resultados positivo, pondo assim, o fim a prolongada crise política no país. O presidente José Mario Vaz aceitou nome do Aristides Gomes como novo primeiro-ministro no dia 16 de abril de 2018, após uma semana foi formado o governo com participação de todos os partidos com assento parlamentar, a eleição legislativa foi marcada para novembro do mesmo ano. Após dois anos de inatividade parlamentar, os deputados voltaram a se reunir para poderem prorrogar seus mandatos até eleição legislativa. (TOUPANE, ET AL. 2019).

Em julho de 2018, a CEDEAO levantou as sanções impostas aos atores políticos após a efetivação do acordo de Conakry, e isso ajudou o novo governo a focar na realização da eleição legislativa (TOUPANE, ET AL. 2019). Se podemos ver as negociações precedidas pela CEDEAO deram fruto, porque as partes envolvidas na crise finalmente se entenderam a ponto de presidente aceitar o nome do Aristides Gomes como novo primeiro-ministro.

Em 14 de abril de 2018 foi realizada a 53ª sessão ordinária da conferência dos chefes de Estado e de governo da CEDEAO, a organização elogiou os resultados alcançados, e apelou aos Estados membros e a comunidade internacional ajudarem a Guiné-Bissau (CEDEAO, 2018).

Por falta de condições técnicas e financeiras, a eleição legislativa que estava programada para 18 de novembro de 2018, foi adiada para 10 de março de 2019. A Comissão Nacional de Eleição não conseguiu angariar fundo de 7, 7 milhões de dólares para o processo. O governo

³ Políticos sancionados pela CEDEAO: Braima Camara, Abel da Silva Gomes, Manuel Nascimento Lopes, Eduardo Mamadu Balde, Maria Aurora Abissa Sano, Florentino Mendes Pereira, Antonio Sedja Man, Bacari Biai, Orlando Mendes Viegas, Certorio Biote, Domingos Quade, Carlitos Barai, Domingos Malu, Rui Dia de Sousa, Soares Sambu, Botche Cande, Herson Gougjabi Vaz, Victor Madinga e Fernando Vaz. (CEDEAO, 2018)

da Nigéria devia entregar cerca de 350 kits para o processo de recenciamento, mas entregou apenas 205 kits, fazendo com que o recenciamento que estava marcada para 23 de agosto à 23 de setembro de 2018 fosse adiado para o dia 20 de setembro à 20 de outubro do mesmo ano (TOUPANE, ET AL. 2019). A CEDEAO contribui com 2 milhões de dólares para processo eleitoral e UEMAO (União Econômica e Monetária do Oeste Africano) contribui com cerca de 1 milhão de dólar (CEDEAO, 2018).

De acordo com Toupane, et al. (2019, p. 11):

Este atraso levou a mudanças nos prazos inicialmente estabelecidos para o calendário eleitoral, reduzindo as garantias de inclusão e transparência. O pouco tempo atribuído ao censo, combinado com o número inadequado de kits e outros problemas logísticos, impediu o registro de um grande número de eleitores. Em 8 de outubro, 18 dias após o início do censo, apenas 99 477 de um total estimado de 900.000 eleitores haviam sido contados. Isto se deveu em grande parte à falta de atualizações no registro eleitoral desde 2014. Uma atualização anual, conforme mandado pela lei eleitoral, teria contribuído para um registro mais rápido. A prorrogação do censo até 19 de dezembro permitiu o registro de 733 618 eleitores, utilizando kits adicionais disponibilizados por parceiros internacionais.

O adiamento da eleição para março de 2019, possibilitou o cumprimento dos prazos estipulado pelas leis eleitorais. Em 14 de fevereiro do mesmo ano, cerca de 21 partidos assinaram um Código de Conduta Ética para eleição. Esse Código foi apresentado pelo Movimento da Sociedade Civil pela Paz, Democracia e Desenvolvimento, no qual, os partidos signatários devem respeitar a lei eleitoral e aceitar o resultado (TOUPANE, PAULIN MAURICE, ET AL. 2019).

Para Toupane, et al. (2019), constataram que ao longo do processo de recenciamento surgiram críticas por parte dos partidos com assento no parlamento sobre o processo de recenciamento. O PRS, G15-MADEM-G15 (Movimento para Mudança Democrática), partido formado pelos deputados expulsos de PAIGC, sob liderança do Braima Camara, alegaram que houve irregularidade no processo do recenciamento. O APU-PDGB (Assembleia do Povo Unido-Partido Democrático da Guiné-Bissau) partido formado depois da eleição de 2014, pelo então candidato à presidência Nuno Nabiam, também fez a mesma alegação.

O papel desempenhado pela CEDEAO foi muito importante, pois ajudou as partes envolvidas na crise de 2015 a se entenderem, apesar de vários incumprimentos do Acordo de Conakry, mas no final conseguiram se entender escolhendo Aristides como primeiro-ministro. Esse esforço da organização se encaixa na definição da TCRS, que no entendimento de Buzan

e Wæve, a segurança dos países de uma região está interligada, de modo que o problema de um é capaz de atingir os outros, caso não ajudassem na resolução.

4.1.1 As Eleições Legislativas de 2018

Conforme Marron (2019), os 102 assentos parlamentares foram disputados por cerca de 21 partidos políticos na eleição de 10 de março de 2018. O PRS, que na eleição passado formou a segunda maior base parlamentar viu seu lugar sendo ocupado pelo recém-formado partido MADEM-15. De acordo com dados da CNE (2018), o PAIGC elegeu 47 deputados, o MADEM-G15 elegeu (Movimento para Mudança Democrática) 27, o PRS 21, o APU-PDGB (Assembleia do Povo Unido-Partido Democrático da Guiné-Bissau) 5, o PND (Partido Nova Democracia) 1 e o UM (União para Mudança) 1 deputado.

Em 18 de abril de 2019, foi inaugurada a sessão parlamentar da nova legislatura. O PAIGC se aliou com APU-PDGB, PND e UM, formando assim, uma maioria parlamentar que em tese teria aprovação do programa do governo com mais facilidade. O PAIGC como partido vencedor, tinha por direito indicar um nome para o cargo do primeiro-ministro. Mas antes da indicação, o partido e seus aliados no parlamento iniciaram uma disputa com MADEM-G15 e PRS para formação da Mesa do Parlamento, que é o órgão responsável por gerir os assuntos parlamentares, a disputa acabou por atrasar a formação do governo (ODIGIE, 2019).

Uma delegação ministerial da CEDEAO, formada pelo ministro de Relações Exterior da Nigéria, Geoffrey Onyeama, o ministro de Estado e secretário-geral da Presidência da República da Guiné, Naby Bangoura e o presidente da Comissão da CEDEAO, Jean-Claude Kassi Brou, foram para Guiné-Bissau no dia 30 de abril de 2019. A delegação se reuniu com os parlamentares envolvidos no novo conflito, com presidente José Mario Vaz, com o presidente de Assembleia, Cipriano Cassamá e com os partidos com assentos parlamentares. Os enviados da CEDEAO pediram as partes a resolução do conflito, a fim de possibilitar a formação da Mesa parlamentar, conforme o resultado eleitoral. E também pediram a formação do novo governo. A organização se mostrou pronta a apoiar um novo governo e ajudar na restauração da paz e desenvolvimento do país. Em 17 de junho de 2019, José Mario Vaz solicitou ao PAIGC que indicasse um nome para cargo do primeiro-ministro, o partido indicou Domingos Simões Pereira. No entanto, o nome não foi aceito pelo presidente, que pediu outro nome. De novo, inaugurou-se a nova crise política (ODIGIE, 2019).

Em 19 de junho de 2019, a CEDEAO voltou a enviar para Guiné-Bissau um Comitê de Monitoramento Ministerial para se reunir com as partes envolvidas na crise. A organização se mostrou preocupada com ambiente político no país e voltou a pedir aos dirigentes a dialogarem para resolver o problema e nomear novo primeiro-ministro até o dia 23 de junho de 2019. Em 23 de junho de 2019, Aristides foi reconduzido ao cargo pelo presidente da república (ODIGIE, 2019).

A CEDEAO em sua 55ª Sessão Ordinária, realizada em Abuja, em 29 de junho de 2019, expressou o sentimento de alegria pela realização da eleição legislativa e parabenizou presidente por escolher um novo primeiro-ministro e marcar a data da realização da eleição presidencial. A organização pediu que o governo seja formado até 3 de julho de 2019, e analisou o relatório do Comitê de Monitoramento Ministerial enviado a Guiné-Bissau. Por fim, a CEDEAO e o presidente José Mario Vaz concordaram em prorrogar o mandato do presidente até realização da eleição presidencial, as partes acordaram com seguintes pontos:

- [1] O Presidente Vaz assinará o decreto de nomeação do governo antes de 3 de julho de 2019, com base na proposta feita pelo Primeiro Ministro;
- O governo irá, nomeadamente, envolver-se na preparação das eleições presidenciais a serem realizadas a 24 de novembro de 2019;
- Um novo Procurador-Geral será nomeado na base de um consenso, antes de [2] de julho de 2019;
- [3] O Presidente continuará em funções até as próximas eleições e a gestão governamental será inteiramente conduzida pelo novo Governo constituído conforme previsto na constituição da Guiné-Bissau (CEDEAO, 2019, p. 8).

Esse novo acordo negociado pela CEDEAO não foi respeitado pelo presidente, porque semanas antes da eleição presidencial, ele publicou um decreto demitindo o primeiro-ministro Aristides Gomes e nomeando Faustino Imbali para o cargo. Esta atitude do presidente abriu uma nova crise (SIEGLE, JOSEPH, 2019).

Num comunicado publicado pela CEDEAO, no dia 29 de outubro de 2019, a organização mostrou-se preocupada com a atual situação no país e lembraram que o governo de Aristides foi formado graças a um acordo na 55ª Cimeira dos Chefes de Estado e do Governo. Por isso, consideram ilegal o decreto presidencial da exoneração do governo e acrescentaram alguns pontos à respeito do funcionamento de governo entre eles “i) O fim do mandato o Presidente da República desde 23 de março de 2019; ii) A ausência de um governo por mais de três (3) meses após eleições legislativas de 10 de março; e iii) O risco inerente de um vazio constitucional” (CEDEAO, 2019. s.n).

Baseado nesses pontos e na constituição da República, foi reforçado na cimeira a confiança no governo recém-formado de gerir os assuntos governamentais até as eleições

presidências, e que usassem os cadernos eleitorais da eleição legislativa e também, pediram que todos os atores continuassem seus trabalhos perante autoridade do governo Aristides, e que as Forças de Defesa e polícia ajudassem a manter ordem, o funcionamento das instituições e o acompanhamento do processo de campanha eleitoral. A CEDEAO ressaltou que qualquer um que tentasse interferir para adiamento de eleição estará sujeito as sanções (CEDEAO, 2019).

Em 8 de novembro de 2019, Faustino Imbali entregou a sua carta de demissão ao presidente, e afirmando que a CEDEAO apoderou-se do poder dos cidadãos guineense, ainda reiterou que "todos os outros aspetos da nossa democracia parlamentar e semipresidencial devem ser suspensos, em flagrante violação da nossa Constituição, visando promover e aplicar o objetivo mal formado e mal informado da CEDEAO" (MAHAMADOU, 2019, s.n). Por fim, Imbali afirmou que a ECOMIB é uma força da ocupação. Após a tentativa da nomeação de Faustino Imbali a CEDEAO reforçou as forças da ECOMIB nos ministérios e prorrogou a permanência da força no país devido a situação política no país (MAHAMADOU, 2019).

4.1.1.1 As Eleições Presidenciais de 2019

Em 22 de novembro de 2019, a CEDEAO enviou para Guiné-Bissau cerca de 70 observadores para Missão de Observação Eleitoral (CEDEAO-MOE). Remi Ajebewa, diretor de assuntos políticos da comissão da CEDEAO, demonstrou o compromisso da comissão "em acompanhar a Guiné-Bissau durante as Eleições Presidenciais, em conformidade com o Protocolo Complementar relativo à Democracia e Boa Governação da CEDEAO de 2001" (CEDEAO, 2019, s.n).

A organização informou que o envio dessa missão teve aprovação de presidente da Comissão da CEDEAO Jean-Claude Kassi Brou, e contribuí com 1,5 milhões de dólares para processo eleitoral presidencial, além desse montante, foram enviados cerca de 10 observadores numa missão de verificação pré-eleitoral de eleição a longo prazo e 60 observadores de curto prazo que vão ajudar no acompanhamento de todo processo eleitoral no país. Ajebewa salientou ainda que essa missão faz parte do programa da organização em dar apoio aos Estados membros. O Soumeylou Boubeye Maiga, ex-primeiro-ministro da República do Mali também foi enviado como chefe da missão e no seu discurso de abertura realçou que a CEDEAO "tem mais do que a vontade política de apoiar a Guiné-Bissau na condução de uma missão credível e pacífica e eleição transparente" (CEDEAO, 2019, s.n). E acrescenta ainda que graças ao esforço da organização e dos chefes de Estado conseguiram chegar nessa fase eleitoral no país,

e todos devem se sentir orgulhosos com a realização da eleição legislativa de 10 de março de 2019 (CEDEAO, 2019).

A eleição não foi decidida no primeiro turno. O Domingos Simões Pereira e o Umaro Sissoco Embaló, os dois mais votados seguiram-se para o segundo turno. De acordo com Baldé (2019), poucos dias antes de início da campanha eleitoral de segundo turno, os dois procuraram firmar aliança com outros candidatos. O Domingos Simões Pereira, de um lado, recebeu apoio dos candidatos que não tiveram bons desempenhos no primeiro turno entre eles: Vicente Fernandes, Iaia Djaló e Idrissa Djaló. Enquanto Umaro Sissoco Embaló, por outro lado, contou com apoio de Nuno Nabian, José Mário Vaz e Carlos Gomes Júnior, todos eles tiveram bom desempenho no primeiro turno.

Os mesmos 70 observadores da CEDEAO foram enviados de novo para Guiné-Bissau, para observar o segundo turno eleitoral. Dessa vez, tiveram assistência de General Francis Behazin, Comissário para os Assuntos Políticos, Paz e Segurança da Comissão da Representação da CEDEAO na Guiné-Bissau, liderado pelo Sr. Blaise Diplo-Djomand. Além do mais, a organização contribuiu com US\$ 500,000 dólar para ajudar no processo e enviou dois peritos, um na área de informática e o outro para ajudar os membros da CNE. O chefe da missão da CEDEAO se encontrou com presidente da CNE e outros membros da sua equipe, no qual encorajou a equipe de CNE a desempenhar um papel de profissionalismo capaz de alcançar um resultado positivo, também pediu a comunidade internacional a continuar a ajudar o país no processo pós-eleitoral, depois reuniu com os dois candidatos onde os dois prometeram respeitar o resultado final. Por fim, ele se encontrou com outras missões internacionais, CPLP, União Africana, Embaixada dos Estados Unidos, Organização da Conferência Islâmica (CEDEAO, 2019).

A Missão observou de perto últimos dias da campanha eleitoral e concluiu que além dos ataques verbais entre os dois candidatos, tudo ocorreu sem nenhum incidente. Os 70 observadores foram enviados para toda as regiões para acompanhar o processo de votação. A Missão se sentiu satisfeita com o compromisso da CNE na abertura das mesas de voto, a segurança foi reforçada nas mesas no segundo turno. No final das votações, a Missão observou com atenção a contagem dos votos na presença dos representantes de dois candidatos e concluíram que tudo aconteceu de forma transparente, e encorajaram as autoridades a continuarem a esforçar para garantir segurança no país (CEDEAO, 2019).

Conforme o resultado definitivo de segundo turno publicado pela CNE (2020), candidato Umaro Sissoco Embaló saiu como vencedor com 53,55% e Domingos Simões Pereira teve 46,45.

Após CNE publicar o resultado definitivo das eleições presidenciais, o candidato o Domingos Simões Pereira contestou o resultado. Não obstante ter parabenizado em privado, via telefônica, o candidato Umaro Embalo pela vitória. O Pereira alega que houve irregularidade e fraude eleitoral devido a invasão informática a sistema de CNE e, por isso, recorreu ao Supremo Tribunal, contestando o resultado eleitoral.

Se não fosse as mediações, sanções a alguns políticos e envio da ajuda da CEDEAO, não seria possível chegar num acordo para formar um governo e realizar eleições gerais no país. Porque depois a destituição de governo de Domingos Simões Pereira em 2015 o país entrou numa crise, no entanto com ajuda de CEDEAO conduzindo as negociações chegaram o país chegou a consenso e o presidente José Mario Vaz nomeou Aristides como primeiro-ministro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação política na Guiné-Bissau tem se agravado desde a sua independência, o país veio a enfrentar uma series de crises políticas e golpes de Estado, sendo o primeiro golpe orquestrado pelo João Bernardo Vieira em 1980, por motivos de desentendimento com governo de Luís Cabral. O segundo golpe aconteceu em 1998, que colimou numa guerra civil entre um grupo militar sob comando de João Bernardo Vieira contra outro grupo liderado por Ansumane Mané.

Após a guerra civil, realizaram-se eleições, em 2000, na qual Kumba Yala saiu como vencedor, após três anos do seu mandato, ele foi derrubado por meio de um golpe de Estado. Em seguida, após o golpe, Henrique Rosa assumiu como presidente interino com a responsabilidade de realizar eleições gerais. Entre 2004-2005 foram realizadas eleições presidencial e legislativa, João Bernardo Vieira foi eleito como presidente e PAIGC venceu as legislativas e Carlos Gomes Junior foi indicado como primeiro ministro. Mas em 2009, duas figuras públicas foram assassinadas, o então presidente João Bernardo Vieira e o General das Forças Armadas Tagme Nawie.

Após o assassinato do presidente da república, Raimundo Gomes Pereira, o então presidente de ANP, assumiu interinamente a presidência com objetivo de realizar eleição. Em 2012, foi realizado eleição presidencial, mas o processo não chegou a ser concluído porque os militares orquestraram o golpe de Estado em 12 de abril de 2012.

O país voltou a mergulhar numa crise, mas com ajuda da CEDEAO teve negociações, mediações e apoio com as partes envolvidas, Serifo Nhamdjo foi escolhido como presidente que guiaria o país até realização das eleições gerais. Em 2014, José Mario Vaz foi eleito presidente da república e o Domingos Simões Pereira foi eleito primeiro-ministro, passando um ano, o presidente da república demitiu o Domingos Simões Pereira, após demissão de primeiro-ministro o país voltou a entrar numa crise política que só veio a ser resolvida com ajuda da CEDEAO que conduziu as negociações com as partes envolvidas na crise.

Há quem acreditava que os militares eram os responsáveis pelas sucessivas crises no país, mais após presença da CEDEAO na Guiné-Bissau desde 2012, se provou contrário, uma vez que as crises que começaram em 2015 após a demissão do governo do Domingos Simões Pereira e, entre outros acontecimentos políticos nos últimos anos foram originadas pelos políticos.

Mas, graças às negociações guiadas pela CEDEAO, o país não sofreu nenhum outro golpe de Estado, sua intervenção foi também para conter o avanço da crise para que não afetasse

não só questões econômicas e sociais, mas também para que a crise não se alastre pela região como mostra a teoria de complexo regional de segurança, no qual a teoria prevê que a estabilidade de região depende da estabilidade dos países que a compõem.

Acreditamos que para evitar outras crises ou golpes de Estado no futuro, o país precisa de ajuda das organizações internacionais e regionais para ajudar no processo de reforma no setor de segurança e política. Além do mais, é necessário que os políticos e militares aceitam ou respeitam as normas políticas estabelecidas pela constituição e pelas instituições de Estado.

Referências

- ANISTIA, Internacional. **Guiné-Bissau preocupações da Amnistia Internacional no seguimento do golpe de abril de 2012.** Disponível em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/16000/afr300012012pt.pdf> Acesso em 12. jun. 2020
- BAH, Alhaji M S. **WEST AFRICA, African Security Studies.** 2010. In: African Security Review. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10246029.2005.9627357> Acesso em 05. Fev. 2020
- BALDÉ, Mussa. **Candidatos à 2ª volta das presidenciais guineenses firmam alianças.** 2019. In: RFI. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/guin%C3%A9bissau/20191209-candidatos-%C3%A0-2%C2%AA-volta-das-presidenciais-guineenses-firmam-alian%C3%A7a>> Acesso em 26. jul. 2020
- BAPPAH, Habibu Yaya. **Why Peace Fails in Guinea Bissau? A Political Economy Analysis of the ECOWAS-brokered Conakry Accord.** 2017. In: Friedrich-EbertStiftung Peace and Security Centre of Competence Sub-Saharan Africa Point E, boulevard de l'Est, Villa n°30. Disponível em: <https://africanleadershipcentre.org/attachments/article/552/FES-PSCC-Brochure-No26A4-VA-web-05%20version%20finale-Habib%20Yaya.pdf> Acesso em 08. jun. 2020
- BUZAN, Barry and WÆVER. **Ole, Regions and Powers: The Structure of International Security,** New York: Cambridge University Press, 2003
- BUZAN, Barry. et al. **Security:a new framework for analysis.** Lynne Rienner Publishers. 1998
- CABRAL, Amílcar. **A Arma da Teoria.** 1968. Disponível em: <https://afreekasite.files.wordpress.com/2018/03/a-arma-da-teoria-amilcabcabral.pdf>>Acesso em 10. out. 2020
- CAMPOS, AMÉRICO. **História da Guiné-Bissau em Datas.** 2012. Disponível em: <https://guinebissaudocs.files.wordpress.com/2012/04/histc3b3ria-da-guinc3a9-bissauem-datas.pdf> Aceso em 10 de dez de 2019
- CARVALHO, Norberto Tavares de. **O Dever da Memória (I).** In Didinho.org. 2008. Disponível em: <http://www.didinho.org/Arquivo/DeverdaMemoria.pdf> Acesso em 11 de nov de 2019
- CEDEAO. **A CEDEAO adota sanções individuais pelo incumprimento do acordo de Conakry na Guiné Bissau.** 2018. Disponível em: <https://www.ecowas.int/a-cedeaoadota-sancoes-individuais-pelo-incumprimento-do-acordo-de-conakry-na-guinebissau/?lang=pt-pt> Acesso em 15. jul. 2020
- CEDEAO. **CEDEAO Mobiliza Observadores para as Eleições Presidenciais na Guiné-Bissau.** 2019. Disponível em <https://www.ecowas.int/37191/?lang=pt-pt>cesso em 26. jul. 2020

CEDEAO. **Ccomunicado da CEDEAO sobre a situação política na Guiné-Bissau. 2019.** Disponível em :<https://www.ecowas.int/comunicado-da-cedeao-sobre-a-situacaopolitica-na-guine-bissau/?lang=pt-pt> Acesso em 26. jul. 2020

CEDEAO. **Publicação de Acordo de Conakry a pedido da CEDEAO, Acordo de Conakry no quadro da implementação do Roteiro da CEDEAO para uma saída da crise. 2016.** Disponível em: https://www.parlamento.gw/leis/tratados-e-acordosinternacionais/acordo-de-conacri/at_download/file Acesso em 20. jul. 2020

CEDEAO. **Quinquagésima terceira sessão ordinária da conferência dos chefes de Estado e de governo da CEDEAO. 2018.** Disponível em: <https://www.ecowas.int/wpcontent/uploads/2018/08/Comunicado-Final-Sessao-DA-CEDEA-2018.pdf> Acesso em 17. jul. 2020

CEDEAO. **Segunda Volta das Eleições Presidenciais na Guiné-Bissau – 29 de Dezembro. Declaração Preliminar. 2019.** Disponível em: <https://www.ecowas.int/wpcontent/uploads/2019/12/PT-DECLARACAO-PRELIMINAR-Segunda-Volta-das-Eleicoes-Presidenciaia-na-Guine-Bissau-29-Dezembro-2019-1.pdf> Acesso em 26. jul. 2020

CNE. Departamento de Estatística e Informática Eleições Presidenciais 13 de Abril de 2014. Disponível em: http://www.cne.gw/images/docs/EP_2014_2_VOLTA.pdf Acesso em 05. Jul. 2020

CNE. Departamento de Estatística e Informática Eleições Presidenciais de 18 de Maio de 2014 2º Volta. Disponível em: http://www.cne.gw/images/docs/EP_2014_1_VOLTA.pdf Acesso em 05. jul. 2020

CNE. **A CNE considera os resultados das eleições presidenciais definitivo. 2020. Bissau.** Disponível em: <http://www.cne.gw/noticias/239-a-cne-considera-os-resultadosdas-eleicoes-presidenciais-definitivo> Acesso em 26. jul. 2020

CNE. **A CNE cumpriu com a recomendação emendada pela CEDEAO ponto 10 do comunicado do dia 30 de janeiro. 2020.** Disponível em: < <http://www.cne.gw/noticias/241-a-cne-cumpriu-com-a-recomendacao-emendada-pelacedeao-ponto-10-do-comunicado-do-dia-30-de-janeiro>> Acesso em 26. jul. 2020

CNE. **Comissão Nacional de Eleições – CNE Eleições para presidência da república 2019 resultados definitivos de 1ª volta. 2019.** Disponível em: < <http://www.cne.gw/images/PDF/DIVULGACAO-DOS-RESULTADOS.pdf>> Acesso em 24. jul. 2020

CNE. **Comissão Nacional de Eleições – CNE Eleições para presidência da república 2019 resultados definitivos de 2ª volta. 2019.** Disponível em: <http://www.cne.gw/images/PDF/DIVULGACAO-DOS-RESULTADOS-2-VOLTAVF.pdf> Acesso em 24. jul. 2020

CNE. **Comunicado à imprensa de coletivos de advogados da CNE. 2020. Bissau.** Disponível em: <http://www.cne.gw/noticias/238-comunicado-a-imprensa-de-coletivosde-advogados-da-cne> Acesso em 26. jul. 2020

COMUNICADO DE IMPRENSA DO P5 - UA, CEDEAO, CPLP, UE E ONU - em Bissau. 2017. Disponível em: https://eeas.europa.eu/delegations/china/35702/node/35702_pt Acesso em 08. jul. 2020

COMUNIDADE ECONÔMICO DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL.

História. 2018. Disponível em: <https://www.ecowas.int/sobre-cedeao/historia/?lang=ptpt> Acesso em: 05.mai. 2020.

DIALLO, Mamadou Alpha. **A dinâmica da segurança regional na África Subsaariana: África Ocidental proto-complexos ou sub-complexo regional de segurança?** 2012.

Disponível em:

http://www.seminariopos2012.abri.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=386 Acesso 09. Jan. 2020

DJAU, Malam. **TRINTA ANOS DE GOLPES DE ESTADO NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE DA ELITE MILITAR.** 2016. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/43391> , Acesso em 05 de mai de 2019

DÖRING, Katharina P. W. & HERPOLSHEIMER, Jens. **“New Regionalisms” and Violent Conflicts in Africa: The Politics of the AU and ECOWAS in Mali and Guinea-Bissau.**

2016. In: Working paper series des SFB 1199 an der Universität Leipzig, Nr. 5. Disponível

em: [https://research.uni-](https://research.uni-leipzig.de/~sfb1199/wpcontent/uploads/2017/11/WP5_B07_D%C3%B6ring-Herpolsheimer_final.pdf)

[leipzig.de/~sfb1199/wpcontent/uploads/2017/11/WP5_B07_D%C3%B6ring-](https://research.uni-leipzig.de/~sfb1199/wpcontent/uploads/2017/11/WP5_B07_D%C3%B6ring-Herpolsheimer_final.pdf)

[Herpolsheimer_final.pdf](https://research.uni-leipzig.de/~sfb1199/wpcontent/uploads/2017/11/WP5_B07_D%C3%B6ring-Herpolsheimer_final.pdf) Acesso em 15. jun.2020

FREIRE, Paulo, GUIMARÃES, Sérgio. **A África ensinando a gente: Angola, GuinéBissau, São Tomé e Príncipe.** -- 2. ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2011. Disponível em:

[https://www.academia.edu/38319333/Paulo_Freire_-_](https://www.academia.edu/38319333/Paulo_Freire_-_A_%C3%81frica_ensinando_a_gente_-_Angola_Guin%C3%A9-Bissau_S%C3%A3o_Tom%C3%A9_e_Pr%C3%ADncipe.pdf)

[A_%C3%81frica_ensinando_a_gente_-_Angola_Guin%C3%A9-](https://www.academia.edu/38319333/Paulo_Freire_-_A_%C3%81frica_ensinando_a_gente_-_Angola_Guin%C3%A9-Bissau_S%C3%A3o_Tom%C3%A9_e_Pr%C3%ADncipe.pdf)

[Bissau_S%C3%A3o_Tom%C3%A9_e_Pr%C3%ADncipe.pdf](https://www.academia.edu/38319333/Paulo_Freire_-_A_%C3%81frica_ensinando_a_gente_-_Angola_Guin%C3%A9-Bissau_S%C3%A3o_Tom%C3%A9_e_Pr%C3%ADncipe.pdf) Aceso em 12 de dez de 2019

GUINÉ-BISSAU, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU DE 24 DE SETEMBRO DE 1973. Disponível em: [http://cedis.fd.unl.pt/wp-](http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/02/Const-Guine-73.pdf)

[content/uploads/2016/02/Const-Guine-73.pdf](http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/02/Const-Guine-73.pdf) Acesso em 15 de nov de 2019

GUINÉASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA-

BISSAU. 1996. Diponível em: <<https://www.parlamento.gw/leis/constituicao>> Acesso em 05.

Jul. 2020

<http://www.amilcabras.org/livro.pdf> . Aceso em 05 de nov de 2019

IWILADE, Akin. et al. **ECOWAS and the Regulation of Regional Peace and Security in West Africa.** In: Democracy and Security. 2012. Disponível em:

[https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17419166.2012.734228?scroll=top&need](https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17419166.2012.734228?scroll=top&needAccess=true)

[Access=true](https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17419166.2012.734228?scroll=top&needAccess=true) Acesso em: 30. abr.2020.

JAUARÁ, Manuel. **Os lusoafrianos e etnorurais disputam o poder na GuinéBissau. In: Comunicação apresentada ao IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro sob o lema “As Ciências Sociais e os Desafios das Sociedades em Desenvolvimento”.**

Luanda, Angola, 2006. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/africa/article/view/73949/77609> Aceso em 13 de out de 2019

KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné-Bissau da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal**. In: INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa. Coleção Kacu, Martel, Série Ciências Sociais, n°14. 2001

LOPES, Nelson Constantino. **OS ENTRAVES À CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO A GUINÉBISSAU**. In: 7.º CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS | 7.º CONGRESO DE ESTUDIOS AFRICANOS | 7TH CONGRESS OF AFRICAN STUDIES LISBOA 2010. Disponível em:

https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/2345/1/CIEA7_34_LOPES_As%20for%C3%A7as%20armadas%20num%20Estado%20em%20E2%80%9CInterroga%C3%A7%C3%A3o%E2%80%9D.pdf Acesso em 12 de out de 2019

MAHAMADOU, Abdoukarim. **Primeiro-ministro Faustino Imbali pede demissão. 2019**. In: DW. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-002/bissau-primeiro-ministrofaustino-imbali-pede-demiss%C3%A3o/a-51172446> > Acesso em 26. jul. 2020

ODIGIE, Brown. **ECOWAS's efforts at resolving Guinea-Bissau's protracted political crisis, 2015-2019**. 2019. In: ACCORD. Disponível em: <https://www.accord.org.za/conflict-trends/ecowass-efforts-at-resolving-guinea-bissausprotracted-political-crisis-2015-2019/> Acesso em 8. jul. 2020

RFI. **Opositor vence presidencial na Guiné-Bissau e propõe diálogo com adversário que contesta resultado**. 2020. Disponível em: < <https://www.rfi.fr/br/%C3%A1frica/20200101-opositor-vence-presidencial-naguin%C3%A9-bissau-e-prop%C3%B5e-di%C3%A1logo-com-advers%C3%A1rio-quecont> > Acesso em 26. jul. 2020

RIZZI, Kamilla R. **A Instabilidade Contínua na Guiné-Bissau**. In: Meridiano 47 n. 117, abr. 2010 [p. 23 a 26]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/50923934_A_instabilidade_continua_na_Guine-Bissau Acesso em 30 de nov de 2019

RUDEBECK, Lars. **Colapso e Reconstrução Política da Guiné-Bissau 1998-2000**. Um Estudo de Democratização difícil. 2001, the Nordic Africa Institute, Uppsala

RODRIGUES, Alexandre Reis. Et al. **A coragem, a sabedoria e a determinação dos portugueses na mediação do conflito. Bissau em chamás. 1998**

SÁ, Franklin Gomes Correia De. **Os sucessivos Golpes Militares no processo político da democratização na Guiné-Bissau**. Lume. ufrgs.br. 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26408/000758576.pdf> Acesso em 10 de 12 de 2019

SAMPAIO, Madalena. **Presidente da Guiné-Bissau demite Governo**. 2015. In. DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/presidente-da-guin%C3%A9-bissaudemite-governo/a-18646593> Acesso em 06. jul.2020

SEMEDO, Rui Jorge. **O Estado da Guiné-Bissau e os desafios político-institucionais**.

In: Tensões Mundiais, 2011. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/588> . Acesso em 13 de 2019

SIEGLE, Joseph. **Uma visão geral das eleições de 2019 na África. 2019.** In: Africa Center For Strategic Studies. Disponível em: <https://africacenter.org/spotlight/anoverview-of-africas-2019-elections/> Acesso 20. jul.2020

SOUSA, Miguel Girão de. **Guiné-Bissau: o golpe militar de 12 de abril e a necessidade da reforma do sector de segurança.** In: Revista Lusíada. Política Internacional e Segurança. 2013

TOUPANE, Paulin Maurice. Et el. Guine-Bissau: Priorities for long-term stability. Disponível em: <<https://issafrica.org/research/west-africa-report/guinea-bissaupriorities-for-long-term-stability>> Acesso em 21. dez. 2020

UZOECHINA, Okey. **Reforma e Governação do Setor de Segurança na África Ocidental: Dos Conceitos à Realidade.** In: Centro de Genebra para o Controlo Democrático das Forças Armadas (DCAF) Série de Artigos sobre Políticas – Nº 35. Genebra, 2014